



Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
 SECRETÁRIO DA REDACÇÃO
F. ALVES DE AZEVEDO
 ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO P. MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
 End. Telegráfico: MINERVA
 Telefone 24253
 PROPRIEDADE DA EMPRESA
PORTUGAL COLONIAL
NÚMERO 60

PREÇO AVULSO
 Metrópole..... 3\$00
 Colónias..... 4\$00
 (ASSINATURAS)
 Metrópole (6 meses)... 18\$00
 Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
 OTTOSGRAFICA LIMITADA
 Conde Barão, 50 — LISBOA

SUMÁRIO

AINDA A ITÁLIA E A ETIÓPIA	<i>Henrique Galvão</i>
○ EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS COLÓNIAS SERÁ INTRANSIGENTEMENTE MANTIDO — AFIRMA O SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS.....	***
OS GRANDES PROBLEMAS COLONIAIS—A CULTURA * DO ALGODÃO NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS..	<i>J. da Fonseca Ferreira</i> Licenciado em Ciências Económicas Administrador de Circunscrição Civil da Colónia de Moçambique
○ TRABALHO INDÍGENA COMO ELEMENTO DE CO- LONIZAÇÃO	<i>Alberto Jaime de Azevedo</i> Engenheiro I. S. T.
COLONIZADORES DE ÁFRICA.....	<i>Alves de Azevedo</i>
PÁGINA LITERÁRIA—ELEGIA DA ÁRVORE MUTILADA DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	<i>Alberto Jaime de Azevedo</i> *** e <i>M. Ph. Dutron</i>
A ÁFRICA E O POVOAMENTO EUROPEU.....	***
A PESCA DO TUBARÃO PODE DAR LUGAR A UMA NOVA INDÚSTRIA NAS NOSSAS COLÓNIAS.....	***
NO ESTRANJEIRO	***
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
ESTATÍSTICA	***

PORTUGAL COLONIAL

Ainda a Itália e a Etiópia



NO momento em que escrevo divergem muito as opiniões sobre a sorte do conflito italo-etíope. Nem o avanço italiano é bastante significativo para consentir optimismos por parte dos que desejam o triunfo das armas italianas nem os comunicados etíopes são bastante

convincentes para formar um juízo sobre a capacidade defensiva da Abissínia.

Esta divergência entre os sentimentais acompanha uma divergência que desde a primeira hora se tem manifestado entre os técnicos.

¿ Quem perde? ¿ Quem ganha?

E nem os apaixonados nem os objectivos veem claramente como não-de responder a estas perguntas.

Mas, se não se sabe quem ganha a questão italo-etíope—em compensação já ninguém ignora que quem a perde estrondosamente, é a Sociedade das Nações.

O areóforo de Genebra joga neste caso os últimos ceitis do seu prestígio—essa riqueza vã que Wilson lhe deixou para gastar depressa—e não há dúvida que os perde, como perdeu outros na China e no Chaco. Dificilmente se poderá, nesta altura, resarcir dos estragos que sofreu sob

o ridículo das suas comissões ariméticas: a dos 13, a das 5, e dos 6.

Pode a Itália sossobrar aparatosamente cantando um 5.º acto de ópera nas montanhas cálidas da Abissínia.

Pode a Etiópia perder os seus magníficos cinco mil anos de independência.

São hipóteses—são acontecimentos possíveis.

Mas o que é uma certeza (porventura a única com que podem consolar-se tantas almas habituadas à incerteza)—é que a S. D. N., se afunda sem brilho, sem glória, sem deixar de si faúlha ou sopro que perdue.

* * *

Esta questão, apesar dos tiros que se disparam em África, e dos homens que por lá morrem, é hoje muito mais uma questão europeia do que uma questão africana.

Para nós portugueses tem que ser considerada como uma questão colonial jogada numa mesa europeia. E o que nos interessa é saber se vai triunfar a razão que permite a um povo, só porque é materialmente forte, apossar-se dum território que não lhe pertence, só porque neste território não há, materialmente, as forças bastantes para o defenderem—ou se se mantém o único ponto de vista que a moral do século XX pode consentir quanto ao respeito pela soberania alheia.

Se vingá o primeiro é natural que perguntemos e conosco a Bélgica, a Holanda, outros possivelmente que nem sequer têm colónias mas que gosam a sua independência—qual será o lobo que vamos encontrar no caminho.

Mas estou convencido que vingará o

segundo e que certos lobos se convencerão que não é fácil devorar os cordeiros... quando estes não querem ser devorados.

Diz-se-á que o caso não se deve pôr desta forma pois entre a Etiópia e Portugal, a Bélgica ou a Holanda há diferenças sensíveis.

Não é tanto assim. Quando os apetites se abrem, tôdas as regras e tôdas proporções estão esquecidas, não é difícil encontrar argumentos e pretextos com o valor daqueles que se armaram contra a Etiópia, seja contra quem fôr. O delírio da força não procura razões boas—procura apenas razões.

* * *

Ponhamos num prato da balança as hesitações e fórmulas de Genebra, os dis-

curso dos seus homens eminentes, os factos da diplomacia europeia, os factos da força que se impôs, os aspectos morais desta questão, os seus aspectos de direito e o espírito que verdadeiramente tem mobilizado os acontecimentos. Ponhamos no outro prato da balança a elegância moral e diplomática de Négus, o quente patriotismo dos seus subditos, a razão que lhes assiste—e verifiquemos:

¿Onde estão os civilizados?

¿Onde estão os bárbaros?

Teremos de-certo que reformar tôdas as ideias e conceitos que dizem respeito a este termo civilização.

Sim, são os europeus os civilizados... mas porque a civilização é uma cousa muito diferente daquilo que se apregoava e dizia.

HENRIQUE GALVÃO.

O equilíbrio orçamental nas colónias será intransigentemente mantido

afirma o sr. Ministro das Colónias

O sr. Ministro das Colónias concedeu ao *Diário de Notícias*, de 3 do corrente, uma entrevista notável pela precisão e clareza. Dada a sua importância e valor não podemos deixar de a arquivar nestas colunas:

CUMPRINDO o que prometemos no nosso jornal de ontem, publicamos hoje a entrevista que o sr. dr. Francisco Vieira Machado, ilustre Ministro das Colónias nos concedeu.

Nesse trabalho, a muitos títulos notável, o sr. dr. Francisco Machado, apoiado numa larga experiência das coisas coloniais, que um estudo profundo, no próprio meio colonial, e uma inteligência claríssima lhe tem trazido, expõe-nos as suas ideias sobre assuntos dum grande interesse para a causa colonial, o que mesmo é dizer, para a causa nacional.

A nossa primeira pergunta sobre se ao Es-

tado Novo merece particular atenção a propaganda colonial, imediatamente nos respondeu:

—O Estado Novo tem, desde o seu início, cuidado com especial interesse a propaganda das colónias na Metrópole. É que é, realmente, indispensável fazer despertar no País a sua consciência colonial. Não que ela tivesse nunca deixado de existir, mas não vai longe o tempo em que estava como que adormecida. O Estado Novo tem tido a preocupação constante de lembrar ao País a sua missão ultramarina. A Exposição Colonial do Porto, que está ainda na lembrança de todos quantos a visitaram e à qual, como sub-secretário de Estado das Colónias, me foi dado prestar o meu concurso, foi, até ao presente, um dos maiores, se não o maior, esforço realizado no sentido de mostrar aos portugueses

o que são e o que podem ser as suas colónias. Mas é claro que não é conveniente nem possível realizar todos os anos uma Exposição como a que se fez no Pôrto. Respondendo, portanto, concretamente à sua pergunta, direi que reputo indispensável continuar intensamente a propaganda colonial em Portugal.

—Parece deduzir-se das suas palavras, sr. ministro, que, em Portugal, nem todos assim pensam.

—Há, é certo, quem suponha inútil, ou pelo menos dispensável, a propaganda colonial na Metrópole. Dizem os que assim pensam que melhor seria cuidar exclusivamente do desenvolvimento dos nossos domínios ultramarinos, deixando para mais tarde a difusão na Metrópole do que nas colónias temos feito e pensamos fazer.

«Não sou, por temperamento e por raciocínio, dos que gostam de deixar para mais tarde o que se pode fazer imediatamente. E no caso concreto de que se trata importa mostrar bem patentemente ao País que o problema colonial é um problema nacional de capital importância.

«É indispensável que todos se convençam do valor nacional das nossas colónias—valor espiritual e valor económico, qualquer dêles de primeira grandeza.

«Só tendo a consciência perfeita do que as colónias representam para a Nação esta estará disposta a realizar os sacrifícios necessários pelos seus domínios de Além-Mar.

«A obra colonial portuguesa foi sempre uma obra nacional. É preciso que continue a sê-lo. Não pode ser apenas o produto do esforço dos dirigentes do País—tem de ser, como sempre foi, o produto do esforço do próprio País.

—E a quem compete orientar a vontade colonial do País?

—Aos dirigentes cabe disciplinar, orientar e conduzir a vontade colonial da Nação. Mas o ministro das Colónias precisa de sentir que tem consigo tóda a Nação, sem quaisquer divisões ou hesitações. Reconheço, assim, que a tarefa do ministro das Colónias está condenada a ser precária se êle não fôr, simultaneamente, o propulsor e o realizador de um forte ideal colectivo. O ministro das Colónias carece, portanto, da confiança absoluta do País. E, porque é o chefe do Império Colonial, as suas ordens devem ser cumpridas, não passivamente, mas diligente, entusiástica-

mente. Porque sem entusiasmo, sem fé não se faz uma grande obra colonial, e Portugal, mestre de colonizadores, tem feito e há-de continuar a fazer uma grande obra colonial.

—Mas essa obra pode ser feita rapidamente?

—Temos de dar tempo ao tempo. Uma obra sólida só se realiza gradualmente e nada há pior do que impaciências, que conduzam a precipitações e a improvisações. Procurarei ser um realizador, mas evitarei ser um imprudente. Tendo a confiança do Chefe, saberei caminhar devagar, para caminhar com segurança.

«Uma das grandes dificuldades do ministro das Colónias consiste em seriar a ordem de urgência dos assuntos. Todos cuidam—e isso é humano—que o problema que a cada um interessa é o mais urgente, e dificilmente admitimos que haja outro que demande prioridade de solução. Já quando fui sub-secretário de Estado das Colónias me foi dado observar que todos os que expunham o seu caso declaravam a respectiva solução inadiável. Os próprios serviços do Ministério têm essa tendência. E como a atenção, para ser profícua, se não deve dispersar, tem o Ministro de, alheio a pressões, estabelecer em sua consciência os pontos que primeiro convém atacar, sofra embora a crítica fácil de que descure assuntos fundamentais.

—A v. ex.^a interessa profundamente, sabemos-lo bem, o problema económico colonial. Podê dizer-nos o que pensa sôbre o assunto?

—Na ordem económica penso começar por estabelecer as normas que devem presidir ao regime bancário do Ultramar.

«Neste capítulo a confusão é máxima e urge realmente regular a actividade dos organismos ditribuidores do crédito. Há colónias onde não existem, presentemente, certas formas de crédito, mesmo o crédito agrícola e o crédito predial.

«Por outro lado, é preciso permitir aos corpos e corporações administrativas a realização de obras locais, com o recurso ao empréstimo, sempre que o seu serviço esteja assegurado.

Penso, pois, começar por resolver êste assunto. Não se julgue, porém, desde já o quero frisar, para não criar ilusões que a verdade desmentiria cruelmente—e nada pior do que dar esperanças irrealizáveis—que tolerarei o abuso do recurso ao crédito. É que o crédito

é como certos remédios heróicos: a dose que salva é vizinha da dose que mata. Não me pesará, portanto, na consciência fomentar o abuso do crédito.

—E regulado o assunto da actividade bancária, o que quer v. ex.^a fazer?

—Uma vez disciplinada e organizada a actividade bancária desejarei estabelecer os princípios da organização corporativa nas colónias.

«A economia liberal, a luta da livre concorrência, tem de dar lugar a uma economia disciplinada e organizada, que não é o mesmo, note bem, que uma economia dirigida pelo Estado.

«Em todo o caso há organismos que importa ralmente refundir, como seja, por exemplo, o Sindicato de Pesca de Angola. Vai nisso a salvação de uma das maiores riquezas de exportação de Angola.

«Não hesitarei em intervir nos organismos existentes, sempre que o julgue necessário, embora isso nem sempre seja do agrado dos interessados, que preferem por vezes uma liberdade desordenada que os arruíne, a uma disciplina coordenada, que sendo útil para êles próprios é indispensável para a própria colectividade.

«Terei contudo sempre em vista, quando tratar da organização corporativa das colónias, que as necessidades do meio ultramarino são bem diferentes das do meio metropolitano.

«O condicionalismo das actividades coloniais é muito especial e até diferente de colónia para colónia e por isso há que adaptar muito prudentemente os princípios que queremos seguir, tendo em consideração o grau de desenvolvimento de cada província ultramarina.

«Procurarei ser particularmente prudente neste campo, certo como é que, além de tudo o que já disse, há também paralelamente, uma obra de educação associativa a fazer.

—Mas o plano que v. ex.^a expôs, demanda, além de muito cuidado, um factor importante, que é o tempo, não é verdade?

—Como já lhe disse, não quero andar demasiadamente depressa. Uma obra colonial para ser eficaz tem de ser prudente. Realizar é uma coisa, improvisar é outra.

—Mas pensa em todo o caso realizar obras de fomento?

«Há, é certo, obras de fomento a realizar nas colónias. Importa, porém, saber, primeiro,

como obter os recursos para as efectivar, porque eu não consentirei que as colónias peçam, sequer, empréstimos sem terem o respectivo serviço assegurado. O equilíbrio orçamental nas colónias é um princípio fundamental que não consentirei seja infringido.

«Portanto, estudada a parte financeira, assegurados os meios de solver encargos que, porventura, se contraíam, realizar-se-ão obras, de preferência reprodutivas. Mas não me deixarei seduzir com a fácil tentação de fazer obras de fomento de grande envergadura, sem primeiro saber como as hei-de pagar. É que uma coisa é comprar e outra coisa é pagar.

«E o ministro das Colónias tem que pensar em ambas ao mesmo tempo. Neste capítulo devo declarar-lhe que prefiro uma obra de princípio modesta e que sucessivamente e à medida das possibilidades se vá alargando e desenvolvendo, a miríficos planos de duvidosa eficácia prática.

«De resto, a verdade é que as colónias falam muito vagamente em obras de fomento. Eu preferiria que as colónias concretizassem em projectos e planos minuciosamente estudados e assentes, as obras que entendam nelas devem ser realizadas.

«Não depreenda, porém, das minhas palavras o que eu não quero dizer.

«Esforçar-me-ei por, dentro das possibilidades, efectuar obras nas colónias.

«Sei por onde quero principiar. Mas, se me dá licença não lho direi porque não desejo criar nas colónias impaciências de realizações, que só podem ser prejudiciais.

«As colónias têm que ter a certeza de que o ministro das Colónias procura fazer pelo melhor, à medida das possibilidades, e de que quando promete cumpre. Mas por isso mesmo, difficilmente faz promessas ou torna públicos projectos. Só comunicarei as minhas ideias quando tenha a certeza de que vão ter efectivação dentro de muito curto prazo.

—Sobre projectos que vão ter execução durante o ano corrente, pode-me dizer alguma coisa?

—Em 1936, realizar-se-á em Lisboa a primeira conferência económica do Império. nessa conferência, de que eu era o vice-presidente e de que, agora, por fôrça da lei, sou o presidente, terão as colónias ocasião de fazer ao Governo as sugestões que entenderem convenientes, em ordem à realização das suas aspirações económicas. Elas, terão, assim,

ocasião de, por si mesmas, verificar as dificuldades com que, muitas vezes, têm de se defrontar o ministro das Colónias. É que não basta formular aspirações: há que ver a maneira prática de as realizar.

«É muito fácil formular votos. É, porém, um pouco mais difícil dizer como se há-de dar realidade aos votos apresentados e como se hão-de resolver as dificuldades que surgem. Como eu sempre quis que da conferência resultasse trabalho útil e prático impus que os trabalhos fôssem apresentados em forma de projectos de lei.

—Que individualidade escolheu v. ex.^a para a vice-presidência da Conferência Económica?

—O sr. coronel Vicente Ferreira será agora o vice-presidente da conferência e estou absolutamente seguro de que, sob a sua orientação, a conferência produzirá trabalho útil. A fim-de o conseguir limitei também muito o programa dos problemas de ordem geral a tratar. É que eu desejarei que a conferência não se converta numa academia de ciências coloniais mas, ao contrário, ajude a resolver um certo número de problemas fundamentais.

«Também em 1936 se realizará em Lisboa a Conferência dos Governadores das Colónias. Nessa conferência se trocarão ideias e se assentará no caminho a seguir nas diferentes colónias. É que, implicando a ideia imperial a solidariedade entre as várias partes componentes do Império e a Metrópole, é indispensável o contacto dos vários governadores e do ministro para dar unidade à acção a realizar. Nessa conferência se tratará de ver as alterações que a prática aconselhe a diplomas importantes ultimamente publicados e se analisará a obra da conferência económica, no sentido de lhe dar efectivação.

—É além dessas duas conferências pensa v. ex.^a em pôr em prática mais alguma iniciativa?

—É possível que entre estas duas grandes manifestações da vida imperial seja levada a efeito uma exposição histórica do Império Colonial. A Agência Geral das Colónias caberá então a realização deste certame. Grandes são as suas responsabilidades porque elle terá de ter uma grandeza cheia de dignidade.

«Estudarei ainda a viabilidade de, coincidindo com a Exposição Histórica do Império Colonial, se realizar também um Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo.

—No sentido propriamente cultural tem v. ex.^a alguma ideia?

—Além disto penso em que a Agência Geral das Colónias promova uma série de conferências culturais, feitas pelas nossas grandes figuras coloniais.

—Para realizar a missão que se impõe conta certamente v. ex.^a com a colaboração de alguns dos seus colegas de gabinete, não é verdade?

—Nesta rápida visão panorâmica da tarefa que me cabe não posso esquecer que a resolução de muitos problemas coloniais só pode resultar do esforço congregado de vários departamentos do Estado.

«A profunda solidariedade que une os homens do Governo, dá-me a certeza de que nessa ordem de problemas a minha missão será extremamente facilitada.

«Assim uma colaboração íntima com o sr. ministro dos Negócios Estrangeiros assegura-me que muito se caminhará no sentido de estreitarmos cada vez mais as relações comerciais das nossas colónias com os Estados e Colónias estrangeiras limítrofes e que nos tratados comerciais com as potências europeias serão superiormente considerados os interesses dos nossos domínios ultramarinos.

«Conto igualmente com a preciosa coadjuvação do sr. ministro da Educação Nacional, cujo Ministério tem um papel dominante na nossa propaganda colonial.

«A Agência Geral das Colónias cumpre facilitar a este Ministério os elementos necessários, num trabalho de colaboração assídua, que estou certo o sr. ministro da Educação Nacional superiormente patrocinará.

«É que é necessário intensificar desde a instrução primária até aos mais altos graus do ensino, aquele entusiasmo que as coisas coloniais requerem. A gente nova de Portugal deve ser conduzida no sentido considerar a causa colonial como a mais alta finalidade da Nação.

«Paralelamente a esta acção educadora exercida sobre a infância e a mocidade da Metrópole, o Ministério das Colónias, com o consenso do Governo, tentará praticamente encarar o problema da propaganda da Metrópole no nosso Império Colonial.

«O conhecimento das paisagens do Portugal metropolitano, dos seus monumentos e jóias de arte, o revigoração das nossas tradições, de uma forma geral a acção permanente da cultura nos meios coloniais distantes

devem constituir elementos fundamentais de uma acção metódica e persistente para a conveniente formação mental da mocidade portuguesa de além-mar.

«Estou-me lembrando, entre outros exemplos impressionantes, da colonização portuguesa no planalto de Huila, onde sucessivas gerações de portugueses africanos ali têm nascido, sem nunca terem vindo à Metrópole, e, pior do que isso, sem que tenhamos cuidado com o necessário espírito de continuidade da sua formação cultural nacionalista. Esse, como o caso semelhante de Lourenço Marques, mostram até que ponto é alto o patriotismo desses portugueses de além-mar, que tem suprido, por si, só a falta a que aludí.

—V. Ex.^a esta abordando um dos aspectos mais interessantes da unidade do Império...

—De facto, essa unidade não se traduz apenas nas questões económicas e financeiras. Há que pôr ao lado delas as realidades espirituais, cuidando da unidade das forças morais e mentais, que mais do que tudo fez da conjunção da Metrópole e das Colónias um Portugal único.

—Pensa V. Ex.^a intensificar nas escolas coloniais a acção educativa a que alude?

—Sim. Mas entendo que devemos ir mais além. O cinema, a telefonia sem fios, a visita

de missões metropolitanas são meios preciosos para a realização dos fins em vista. Mas parece-me que poderemos ir mais além ainda e procurarei realizar esta ideia que, há muito me seduz, de trazer a Portugal como prémio, escolar os alunos mais distintos dos liceus e das escolas existentes nas colónias, ali nascidos e que nunca tenham visitado a Metrópole.

«Mas a este respeito digo isto apenas como exemplo de orientação a seguir que a seu tempo será traduzida mais desenvolvidamente pelas medidas que serão tomadas.

—E, concluindo a sua longa conversa, cujos tópicos principais damos aos nossos leitores, o sr. ministro das Colónias disse-nos à despedida:

—E, *the last not the least*, nunca esquecerei que como todos os nossos governadores coloniais e acima deles o ministro das Colónias será sempre o natural protector dos indígenas, que é o título mais nobre que cabe às minhas funções, pois reflete e traduz o espírito altíssimo que tem presidido à nossa acção colonizadora.

Com estas nobres palavras terminou o sr. ministro das Colónias a sua notável entrevista, que tão grandemente vai esclarecer, duma forma claríssima, a opinião pública sobre a acção que o Ministério das Colónias vai desenvolver durante o ano que corre.

ANGOLA



**GADO DE LA-
VOURA**

Os grandes problemas coloniais

A cultura do algodão nas Colónias Portuguesas

POR J. DA FONSECA FERREIRA

Licenciado em Ciências Económicas
Administrador da Circunscrição Civil da Colónia de Moçambique

QUANDO, em Março de 1931, publicámos nesta revista um modesto estudo sobre a cultura do algodão nas nossas colónias, nomeadamente em Angola, longe estávamos de supôr que passados quási cinco anos o problema estaria quási no mesmo pé (e dizemos quási porque queremos ser optimistas) que estava a data da-quele nosso trabalho.

Em boa verdade, porém, o problema agravou-se. É o que temos de concluir em face dum aumento anual superior a quatro mil toneladas na nossa importação de algodão em rama, do estrangeiro, como nos afirmam os números seguintes:

Importação, na Metrópole, de algodão em rama, nos últimos dez anos

Anos	Procedências			Total (a)	Valor (b)
	Do estrangeiro	De Angola	De Moçambique		
1925.....	13:880	636	59	14:575	186
1926.....	15:379	812	430	16:621	147
1927.....	16:107	436	284	16:827	135
1928.....	16:153	400	161	16:714	165
1929.....	15:399	697	250	16:346	158
1930.....	17:137	641	190	17:968	140
1931.....	14:001	640	146	14:787	81
1932 (c)..	19:589	709	1:084	21:382	125
1933 (d)..	19:313	791	1:557	21:661	127
1934.....	19:009	720	1:919	21:648	145
1935.....	19:630	828	1:542	22:000	168

(a) Dêso em toneladas.

(b) Valor, em milhares de contos.

(c) Neste ano importaram-se da colónia da Guiné: 6:281 quilogramas.

(d) Idem, idem, da Índia: 5:070 quilogramas.

Até 1930 a importação média, anual, foi de 16:015 toneladas, das quais se importaram, em média, do estrangeiro 15:187, cabendo apenas às nossas duas colónias produtoras uma média anual de 827 toneladas. Em 1931 a situação manteve-se estacionária, tendo baixado um pouco a importação estrangeira.

A partir, porém, de 1932, a situação agravou-se. A média anual do algodão importado do estrangeiro subiu para 19:385, um aumento de 4:198 toneladas anuais tendo aumentado, é certo, a média anual relativa à importação feita das nossas colónias que subiu para 2:287 toneladas, nos últimos quatro anos.

Verifica-se pelo quadro transcrito que a importação, de Moçambique, aumentou bastante. Isto não quer, todavia, dizer, que a produção de algodão, na colónia, tenha aumentado sensivelmente. Simplesmente, em virtude do prémio concedido, a exportação começou a fazer-se quási exclusivamente para a Metrópole. Anteriormente a 1932 essa exportação era feita para o estrangeiro. É o que veremos mais adiante.

Como explicar o fenómeno em face da legislação posteriormente publicada, mormente os decretos números 21:226 de 1932, 21:759, do mesmo ano, e 22:616 de 1933?

Uma explicação certamente aceitável é a de que a crise e o desânimo por ela causado, nomeadamente o resultante da baixa das matérias primas coloniais, devem ter influido bastante no ânimo dos colonos e do próprio indígena a-pesar-das vantagens concedidas pela legislação citada, que mantém para o algodão colonial um preço compensador na Metrópole. É ainda cêdo para bem se poder avaliar das conseqüências directas dessa legislação.

Qual a causa que influiu para uma maior importação de algodão a partir do ano de 1932?

Foi, certamente, a nacionalização do mercado de tecidos de algodão de Angola levada a efeito com a publicação do decreto n.º 19:773, o chamado diploma regulador das transferências, e bem assim, uma maior exportação desses tecidos para Moçambique cujo mercado, nos últimos anos, tem sido melhor trabalhado por parte da indústria algodoeira metropolitana.

Pena foi que esse algodão nos não tivesse sido fornecido por aquela primeira Colónia, em vez de ter vindo do estrangeiro, o que em muito ajudaria a resolver o problema das transferências pelas cambiais que desse facto resultariam a seu favor.

Se Angola chegasse um dia a produzir, o que não nos parece impossível, dois terços do algodão necessário à nossa indústria algodoeira, o equilíbrio da sua balança de pagamentos realizar-se-ia com facilidade; uma cobertura, não inferior a um milhão de libras, teria de ser inscrita a favor da Colónia.

Não tendo ainda o problema sido resolvido como seria lógico e útil para a Metrópole e para as nossas duas grandes Colónias Africanas, que passariam a produzir uma matéria prima com mercado certo e de lucro compensador, verificamos, com mágoa, que foram países estranhos os que, embora indirectamente, lucraram com o aumento da capacidade de fabrico da nossa indústria algodoeira, como vamos ver:

Importação de algodão em rama de alguns países, nos últimos dez anos

Anos	Procedências (a)			
	Des Estados Unidos	Do Brasil	Da Inglaterra	Do Egito
1925.....	4.513:843	2.070:995	4.497:425	
1926.....	6.739:410	1.673:147	3.097:517	
1927.....	8.498:087	1.623:857	1.598:601	
1928.....	9.313:078	1.366:327	847:642	
1929.....	10.842:551	2.489:476	657:334	
1930.....	12.012:352	2.967:530	1.078:829	
1931.....	9.932:820	2.222:349	771:580	
1932.....	16.605:196	246:547	1.080:263	
1933.....	16.580:257	314:421	243:626	
1934.....	11.049:014	5.386:757	185:233	
1935.....	12.402:656	4.159:359	458:054	1.001:472

(a) Pêso em quilogramas.

Conclue-se que os nossos dois grandes mercados abastecedores são os Estados-Unidos da América e o Brasil. A Inglaterra tem a pouco e pouco perdido as suas posições. O Egito aparece-nos em 1935 com uma cifra apreciável.

O Brasil parece querer conquistar as posições perdidas em 1932 e 1933, a favor dos Estados-Unidos.

Restamos, agora, ver a produção de algodão nas nossas colónias de Angola e Moçambique, nos últimos dez anos e que constam do quadro seguinte:

Anos	Angola	Moçambique	Total (a)
1924.....	690:246	1.257:274	1.947:520
1925.....	640:653	1.520:941	2.161:594
1926.....	832:718	1.954:058	2.786:776
1927.....	437:228	1.561:069	1.998:297
1928.....	431:849	1.515:732	1.947:581
1929.....	796:000	2.516:000	3.312:000
1930.....	780:014	1.733:000	2.513:014
1931.....	454:433	1.483:000	2.937:433
1932.....	585:861	1.792:000	2.377:861
1933.....	919:339	1.867:000	2.786:339
1934.....	865:000	1.942:372	2.807:372

(a) Pêso em quilogramas.

Como já referimos só a partir de 1932 é que Moçambique começou a mandar, a quasi totalidade da sua produção, para a Metrópole. Conclue-se também que a produção na Colónia se mantém mais ou menos estacionária. O ritmo da produção em Angola continua a ser muito lento, não attingindo sequer os números da nossa grande Colónia da Costa Oriental.

Nos números referentes a Moçambique está incluída a produção dos Territórios de Manica e Sofala. Nos últimos cinco anos essa produção foi como segue e em toneladas:

Anos	Colónia de Moçambique		Total
	Territórios do Estado	Territórios de Manica e Sofala	
1930.....	1:167	566	1:733
1931.....	1:002	481	1:483
1932.....	1:124	668	1:792
1933.....	1:153	714	1:867
1934.....	1:366	576	1:942

Pelos números referentes à importação de algodão na Metrópole respeitantes ao ano de 1935, podemos desde já concluir que a produção daquelas nossas duas colónias, nesse ano, se manteve estacionária.

Impõe-se, principalmente em Angola, uma intensa campanha pró-produção de algodão, principalmente interessando nela o indígena, neste momento em que os principais géneros de produção Angolanos lutam com falta de mercado onde possam ser colocados, como acontece com o milho e outros. E para isso bastará realizar com fé...

Com a conhecida dedicação das autoridades administrativas muito se poderá conseguir, e é por intermédio delas que, rapidamente, se poderá levar o indígena à cultura intensiva do algodoeiro nas regiões aptas para a sua cultura.

Nesta matéria muito têm conseguido os belgas, no Congo, como se verifica pelos números seguintes, respeitantes à sua exportação de algodão:

1921	591 toneladas
1925	5:055 "
1926	5:000 "
1928	6:730 "
1929	7:250 "
1930	9:550 "
1933	15:467 "

A produção média por hectare foi de 400 quilos, de algodão em caroço.

É urgente, pois, a intensificação da cultura do algodoeiro nas nossas duas grandes colónias africanas.

A empresa oferece algumas dificuldades, os resultados, porém, compensarão sobejamente os esforços feitos.

Creemos que em Angola se está já encarando a sério a resolução do problema.

As notícias que a este respeito nos chegam de Moçambique são igualmente bastante animadoras.

Por um artigo que ultimamente publicou o importante jornal de Lourenço Marques «O Brado Africano», de 24 de Dezembro do ano findo, intitulado *Objectivo a atingir*, da autoria do sr. Governador da Província do Sul do Save, capitão Jones da Silveira, vê-se que o problema foi encarado com entusiasmo, e está a ser resolvido com inteligência.

São desse artigo notável os períodos que, com a devida vénia, passamos a transcrever:

Paralelamente ao decurso destes trabalhos assim enun-

ciados decorre o de estimular e convencer o camponês indígena a trabalhar na terra, a dura, caprichosa e às vezes ingrata terra, da qual nos parece ver fugir toda a humanidade. Para esta empresa é preciso que haja a felicidade de fazer acreditar a propaganda que se faça e a credulidade será tanto mais forte quanto mais verosímeis forem as prespectivas apresentadas; ela será orientada de forma a gerar a fé na vida agrícola, contando com o tempo para se conseguir qualquer cousa e aceitando táctica e de boa mente as contrariedades que forçosamente devem surgir no caminho traçado.

No norte da Colónia, no extinto distrito de Cabo Delgado, dos territórios que foram da Companhia do Niassa, uma tentativa desta natureza foi feita, desde que estes territórios passaram para a administração directa do Estado, com a mira de aumentar a produção agrícola dos indígenas, com produtos capazes de sustentarem os encargos dos transportes a grandes distâncias, e desde 1931 que se empreendeu ali uma tenaz campanha pela cultura do algodão, de que aquelas terras já tinham produzido nos bons tempos das cotações altas, qualquer cousa próximo da centena de toneladas de fibra, quasi exclusivamente de culturas de europeus.

A campanha foi tenaz contra as contrariedades. No primeiro ano não apareceu quem comprasse o algodão produzido pelos indígenas que, descrentes e despeitados, o atiravam pelas valetas das estradas das administrações, até que o mal se remediou com dificuldade; no segundo ano uma doença da planta levou à interdição da sua cultura em grande área do distrito; depois surgiram as grandes dificuldades financeiras conhecidas, a baixa das cotações, o que felizmente foi compensado por inteligentes medidas de protecção a esta cultura, do Governo Central. A luta continuou, à frente desta ofensiva caminhava denodadamente o administrador da circunscrição de Montepuez, Silva e Costa, e, ainda através de outras contrariedades e por meio de coacções para a cultura, que pareciam violências, chegou-se no corrente ano, no actual distrito de Pôrto Amélia, a exportar aproximadamente 1:500 toneladas de fibra de excelente algodão, o que corresponde a perto de 4:000 toneladas de algodão com caroço, adquirido aos indígenas (algum outro é de produção de europeus). A grande maioria desta produção é da circunscrição de Montepuez e pago a um preço médio de \$90 o quilo, nos mercados juntos das *maciambas*; representa 3:600:000\$, que entraram na economia dos indígenas em lugar de matagais, que foram arrazados.

Esta contribuição, de um reduzido compartimento administrativo da Colónia, já tem representação visível nas 20:000 toneladas de fibra de algodão que consome anualmente o nosso mercado metropolitano. Esta Província, mesmo excluídos os terrenos maus, a falta de chuvas, a emigração de trabalhadores e todas essas anunciadas dificuldades, deve pelo menos dar igual contribuição, pois tem o valioso recurso do gado para as lavras, o que no

norte não há e os seus naturais estão num estágio mais adiantado de capacidade de trabalho, sendo ainda os elevados salários, que presentemente auferem no estrangeiro um poderoso meio de desenvolvimento e de instalação agrícola que urge aproveitar ao máximo. Bastaria que apenas 20.000 dos 260.000 contribuintes da Província produzissem uma média de 250 quilos de algodão com caroço, cada, para aquela cifra acima citada ser ultrapassada.

Nesta experiência aqui apontada houve também todo o cuidado em não abandonar outras culturas dos indígenas, as que usavam tradicionalmente para comércio, o amendoim e o gergelim, e as dos produtos de sua alimentação, reservando-se até para estas vastas áreas, excluídas da cultura do algodão, por rotações a fazer, e, assim, não têm faltado os géneros alimentícios. Da mesma forma se concebeu no Sul do Save a solução do problema, insistindo-se também pelas sementeiras de arroz, amendoim, mandioca e outras, e incitando-se o indígena em algumas regiões à exploração dos chamados produtos espontâneos, entre os quais figura a castanha de cajú, que no norte tem sido exportada por milhares de toneladas com rotações superiores a £5 por tonelada.

Com semelhante orientação, tem a Repartição de Agricultura da Província desenvolvido a maior e mais profícua actividade até hoje, secundada pelas autoridades administrativas, de entre as quais é justo distinguir os administradores de Gaza e de Inharrime, que bem revelam assim o seu interesse pelos naturais. As sementes foram adquiridas no estrangeiro, nas Províncias do Niassa e da Zambézia e nesta, seleccionadas, transportadas e distribuídas; algum material agrícola já está comprado para dar aos indígenas como estímulo, bem como gado de trabalho; está em adjudicação uma fábrica para descasque de arroz, destinada a Inhambane e outra para Gaza, que trabalharão gratuitamente nos primeiros tempos o arroz de produção local, e bem assim instalações para descaroçamento e prensagem do algodão. A propaganda entre os indígenas tem sido intensa, feita com convicção e com verdade, que assim é que o Governo quere que ela se faça, dirigida pelas autoridades administrativas observadas atentamente neste importante e decisivo ramo das suas funções, por meio dos régulos e por um probo e hábil conferencista que lança a sementeira nos espíritos como a Administração a lança no seio das terras prometeras.

Se o leitor perguntar qual é o principal objectivo definido que se pretende com esta campanha, diremos o seguinte, falando para homens, com verdade e sinceridade:

Pretendemos que o nativo se ligue à terra; que se afeioe à vida agrícola, como sendo a que mais convém ao seu *habitat*, à saúde do seu corpo e à do seu espírito; que no campo viva sem peias evoluindo lenta, mas seguramente dos seus usos e costumes tribais para uma civilização superior, sem saltos bruscos que desagregam e des-

troem, mantendo entre duas águas uma turba crescente de proletários sem emprégo que tem perdido os princípios de moralidade legados pelos antepassados e já não adquirem os de nova civilização.

Não contamos evidentemente neste número os que naturalmente foram assimilados e vem hoje alinhar ao lado do europeu, ainda em muito reduzido número.

Para que tal se consiga é necessário que a vida do campo seja atractiva, que ofereça comodidade e bem-estar e para esse fim se encaminha a valorização dos produtos que procuramos, com fé e tenacidade, prevenendo os naturais atrazos para que possa talvez ainda a presente geração, ou a seguinte, ou outra, conseguir a habitação confortável, o mobiliário, a alimentação de casa assegurada, farta e saudável, e o comércio que lhe permita outras comodidades, as distrações e a educação dos filhos, a contribuição para a colectividade que lhes assegura a sua propriedade, os seus direitos, as comunicações que o tiram do isolamento, a assistência médica e social. O nativo obterá por sua escolha um terreno que seja produtivo, e hoje ainda tem muito por onde escolher, e torná-lo-há sua propriedade se quizer sem nenhum encargo, prestando depois atenção às indicações que para a sua cultura a autoridade lhe der.

O início de uma ocupação agrícola, como aqui fica descrita, é duro; o colono terá que viver na palhota desconfortável, terá que lutar com mil dificuldades; a chuva, o vento, o sol, parecem contrariá-lo nos seus desígnios, põem à prova a sua fé, o seu esforço e a sua tenacidade, mas se não desanima a vitória é segura.

Como alternativa desta solução à sua vida, o indígena que, não pode ser vadio porque a lei natural e social não lho permitem, procura na miragem da cidade um salário certo no fim do mês, que lhe permita obter a alimentação e tudo o mais que necessita para viver. Esta miragem que, desde o fim do século passado tantas perturbações tem causado à humanidade é de evitar nestas terras novas; procuremos aniquilá-la *ab ovo*. Felizmente ainda por aqui esta absorção das populações dos campos pelas cidades está na sua infância, mas já se pode ver em Lourenço Marques, na Beira, em Moçambique e noutras urbes de somenos importância a miséria deste proletariado sem emprégo, sofrendo as maiores privações, morrendo mesmo pelas alfurjas dos suburbios, fazendo baixar impiedosamente os salários pela lei invencível da oferta e da procura, ligada à conservação da vida, vivendo sem esperanças de melhores dias, acorrentado ao patrão que por muito mau e explorador que seja se chega a ambicionar fervorosamente.

Sendo o algodão uma planta de cultura anual é natural que já na importação do ano corrente se façam sentir, na Metrópole, os resultados práticos da acção que está sendo desenvolvida em Moçambique.

Para terminar diremos que as condições para um rápido desenvolvimento da cultura do algodão, nas colónias, continuam a ser, em nossa modestíssima opinião, as seguintes:

a) Cumprimento rigoroso em tudo o que respeita à cultura algodoeira dos preceitos estabelecidos no decreto 11.994;

b) Intensificação da cultura do algodão entre os indígenas, promovida pelas autoridades administrativas que distribuíam as sementes por aqueles, fazendo, ao mesmo tempo, uma intensa propaganda das suas vantagens;

c) Fiscalização rigorosa por parte dos técnicos das plantações indígenas e europeias;

d) Concessão, por parte dos governos coloniais, de prémios de produção às autoridades administrativas que adentro da área da sua jurisdição conseguissem maiores produções, a exemplo do que se tem feito em colónias estrangeiras;

e) Intensificação e desenvolvimento das culturas europeias, devendo o Estado por intermédio do Banco de Fomento conceder o auxílio julgado necessário àquelas empresas existentes e que a esta cultura se dedicam;

f) Formação de novas empresas organizadas pelos industriais algodoeiros devidamente associados para esse fim, ou então interessarem-se pela fusão e fortalecimento das já exis-

tentes, financiando-as e promovendo o seu desenvolvimento, evitando assim que num futuro próximo os agricultores coloniais de algodão se associem para a fundação de fábricas de tecidos nas Colónias;

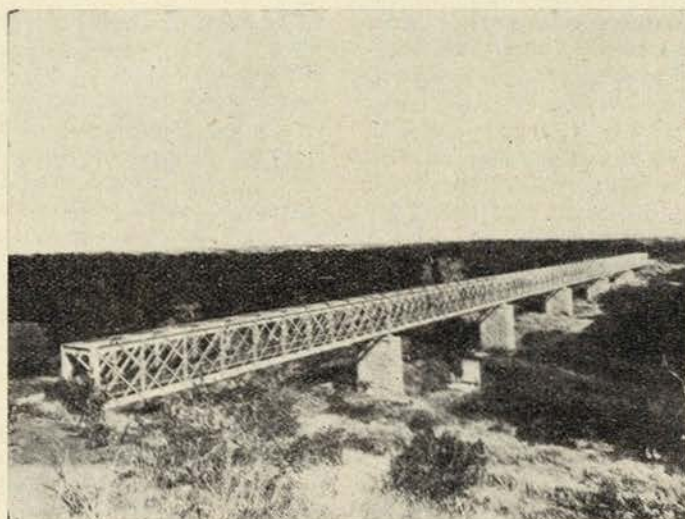
g) Prorrogação do prazo para a concessão do prémio de exportação criado pelo decreto n.º 21:226, de 22 de Abril de 1932, por mais dez anos;

h) Manutenção, por parte do Governo, das vantagens concedidas à importação de maquinismos e sementes nas Colónias e quanto aos direitos de exportação estabelecidos nos decretos n.º 11:994, de 30 de Junho de 1926, e n.º 12:050, de 4 de Agosto do mesmo ano;

i) Standardização do algodão produzido, de forma a criarmos um tipo de algodão (ou vários) que plenamente satisfaça as necessidades da nossa indústria algodoeira, adoptando-se praticamente, e de preferência, a qualidade correspondente ao tipo mais empregado pela nossa indústria;

j) Irrigação, pelo governo colonial respectivo, de todos os terrenos susceptíveis de serem facilmente irrigados e que os técnicos considerem próprios para a cultura algodoeira, quer se destinem à agricultura indígena ou europeia.

Moçambique



Ponte sobre o rio Inca-mati, do Caminho de Ferro de Lourenço Marques

O trabalho indígena como elemento de colonização

POR ALBERTO JAIME DE AZEVEDO

Engenheiro I. S. T.

SE, na Metrópole, o estudo das possibilidades de trabalho está longe de completo, e a organização científica do trabalho está ainda embrião, no Ultramar um e outra constituem feições quasi ignoradas da Civilização.

No entanto, oferecem-nos um terreno de experiências vasto como poucos, e também de entranhas fecundas... mas onde é preciso, para colhêr, semear primeiro.

Por um lado, a passividade do indígena presta-se a que o eduquemos no sentido de subordinar a um método, de benéficas consequências gerais, as qualidades—boas e más—de trabalho que êle possui, umas innatas, outras que se manifestam ao contacto da Civilização.

Por outro lado, a sua alegria pura, individual ou colectiva, independente do esforço fornecido, é um bom elemento para facilitar as condições de instalação do trabalho moderno, pois evita-lhe a doença do século, a neurastenia, que assassina o melhor trabalho dos brancos.

Com estes dois trunfos em nossa mão, podemos tirar o máximo aproveitamento da mão de obra indígena para fortalecer a nossa missão colonizadora se—ponto importante—nos mantivermos sempre europeus até à raiz dos cabelos, e portugueses «puro sangue».



Uma aplicação racional dos princípios do trabalho científico nas colónias compreende os seguintes pontos:

- Disciplina.
- Tailorismo.
- Psicologia.

I—Não é tão axiomático que não precise

ser frisado, que sem disciplina não pode haver trabalho útil. ¿Que se entende, em primeiro lugar, por disciplina? Não quer dizer apenas respeito, obediência, mas ordem, coordenação de movimentos e de reflexos, sobretudo de si mesmo, pois a disciplina individual é a base da disciplina colectiva.

Disciplinar indígenas compreende, além da justiça—inseparável da disciplina—, firmeza e coerência.

A firmeza, sendo equilíbrio, exclue a paixão, que é desequilíbrio. Sem recorrer a espectaculosos processos, há mil e uma maneiras suaves, subtis, mas fortes como fios de aço, de fazer sentir ao prêto a superioridade do branco,—daí o prestígio dêste.

A inteligência do prêto, mesmo rudimentar—talvez por isso mesmo—nota as incoerências dos brancos. Elas representam falhas, fendas no muro argamassado e rebocado da civilização que criámos—e que pretendemos impor-lhe.

Por isso, todo o branco que vive e trabalha num meio indígena, deve disciplinar-se e vigiar escrupulosamente as suas próprias acções e atitudes, não atendendo somente ao seu carácter subjectivo, individual, mas olhando às consequências sociais, pois, no espírito desconfiado do indígena há tendência a generalizar, principalmente os nossos defeitos: paga o justo pelo pecador.

O espectáculo da dissensão entre os brancos—e temos um exemplo no conflito anglo-italiano—, é também prudente evitá-lo. Às funestas consequências que derivam de tais dissensões é inútil analisá-las—bem entendido, para os que não perderam o sentimento da raça, pois é para êsses que estamos escrevendo.

II—Não nos é lícito esperar tailorismo inconsciente da parte dos indígenas. Impedem-

-lhos, não só a estupidez innata que não permite o raciocínio a longa distância e confina a visão animalésca ao futuro imediato, como também o espírito de horror ao trabalho (e aqui não pretendemos recriminar o que está na índole da raça, mas somente encarar realísticamente os factos), que faz os indígenas, as mais das vezes, procurar os caminhos mais longos, os processos mais morosos, para executar uma dada tarefa: a antítese do tailorismo.

Por outro lado, porém, a inteligência rudimentar do indígena é um bem, porque não constitue obstáculo ao automatismo dos métodos do trabalho científico, e evita a hostilidade contra um sistema que doutra forma lhe poderia parecer—como sucede a alguns brancos—atentório da estabilidade do emprego e ameaçador da integralidade do salário.

Se bem que o tailorismo seja eficaz aplicado isoladamente às turmas de trabalhadores, parece-nos que não uma organização de trabalho não será suficientemente forte se não se impuser um ideal, qual seja: trabalho para todos, todos no trabalho. Cobrar impostos aos indígenas, para assim os obrigar a trabalhar, parece-nos desacertado: o lógico será obrigá-los a trabalhar, para poderem pagar impostos. O trabalho deve ser considerado um fim: o objectivo da vida humana, e não um meio: o meio de ganhar para viver. Caso contrário, seria dispensar os ricos da obrigação de trabalhar.

III—O estudo psicológico do indígena está por fazer. No entanto, é de incalculáveis vantagens. Conhecer a alma do trabalhador é indispensável para a eficiência do trabalho. Não neguemos que esse estudo seja difícil; no entanto, quanto mais tempo passa, mais as dificuldades se avolumam. Com efeito, as reacções psíquicas do indígena, em contacto com a vida, os usos e costumes tão diferentes e, para ele, às vezes, desconcertantes do branco, penetrando no subconsciente, mascaram a mentalidade primitiva do autóctona.

Além dos *tests* psicológicos usuais, e do conhecimento dos usos, costumes e tradições do indígena, é preciso consultar este, não, evidentemente para se fazer o que ele quiser, mas para moldar e corrigir-lhe as tendências de modo a poder aproveitá-las integrando-as na organização geral do trabalho. Esta precisa também—não nos esqueça—entrar em linha de conta com a psicologia do colono branco.

Há, de-certo, regulamentos de trabalho, melhor ou pior inspirados; mas regulamentos, só por si, não valem o conhecimento psicológico do trabalhador, e não podem substituir-se-lhe na formação duma mentalidade nova.

Emfim, para melhor aproveitamento do trabalho indígena, devemos extirpar das nossas relações com este, como planta daninha, o sentimentalismo, o qual só nos pode prejudicar. Façamos aquilo que julgamos ser o nosso dever, firmemente, friamente, sem amizade, sem ódio, abstraindo dos sentimentos de gratidão ou de aversão que daí possam advir. Nunca esqueçamos a hipótese da força—é a melhor maneira de nunca termos de recorrer a ela. E não tratemos os pretos, também, como crianças: dêse modo nunca deixarão de o ser.

Por exemplo: ao construir um hospital para indígenas, não nos regozijemos por estarmos a prestar um serviço aos indígenas, mas somente por estarmos a cumprir o nosso dever de colonizadores.

Dever, esse, a que não nos podemos furtar. Passada a época da conquista, é hoje a da civilização. Não só cultivar, explorar: ensinar, instruir, catequizar um indígena é também fazer colonização, é contribuir para afirmar um direito de propriedade adquirido à custa de sacrifícios pessoais e materiais, direito que não basta adquirir, preciso se torna conservar e, nesta época de cubiças internacionais, justificar por meio de obras positivas, e não apenas com recordações de feitos gloriosos.

— . . . o . . . —

Conferência da Lepra em Cantão

Os srs. drs. Damas Mora e Caetano Soares, respectivamente chefe dos Serviços de Saúde de Macau e director do Hospital Central da mesma colónia, que foram como delegados do Governo à Conferência da Lepra, realizada em Cantão, insistem no seu relatório acerca dos assuntos tratados na mesma Conferência, pela construção de uma nova gafaria na referida colónia.

— . . . o . . . —

A cultura do algodão em Timor

O Governo de Timor informa que tem dado magnífico resultado a experiência feita com a sementeira do algodão, tendo a colónia importado da Austrália algumas toneladas de sementes de algodão durango para intensificar a cultura do mesmo na referida colónia.

Colonizadores de Africa

Por ALVES DE AZEVEDO

EMQUANTO tantas desinteligências separaram os povos da Europa, confundindo-os, sobre qual é a sua verdadeira missão no mundo alguma coisa na história contemporânea nos indica o caminho a seguir.

A colonização de África não é evidentemente um problema de hoje, mas é inegável que a sua efectivação real começa no princípio do nosso século. A colonização do século XIX que considerava todo o universo campo de experiências não foi na realidade civilizadora porque a sua finalidade objectiva não residia na verdade nem numa necessidade de expansão que tivesse as suas raízes em excedentes demográficos incomportáveis nem a França, a Inglaterra ou a Alemanha tinham na verdade absoluta necessidade de territórios ultramarinos.

Evidentemente que houve uma razão, e essa foi a necessidade política de afastar da Europa conflitos que a natureza belicosa dos seus habitantes a cada passo suscitava. Bismark viu com alegria a França conquistar a Indo-China, porque muito bem sabia que nesse preciso momento histórico era melhor para a Alemanha que os gauleses illustrassem as suas armas e se glorificassem sob os céus orientais.

Porque foi na verdade a solução da aventura que lançou na imprudente conquista ultramarina os dominadores do Tonkin, Madagascar, Senegal, Congo, Dahomey, etc., etc. Ferry e outros criaram por exemplo para o Império francês a mística da acção. Só no século XX começou a organização, de que Gallieni Lyautey entre outros é lúcido expoente.

Propositadamente não falamos de Portugal e da Inglaterra que nesta época já haviam organizado os seus impérios.



Pertence, sem dúvida, ao século XIX a responsabilidade da maioria dos males e malefícios que os inimigos da colonização lhe atribuem. Hoje são muito difíceis os golpes de audácia; e as expedições coloniais que não

sejam orientadas exclusivamente em vista de manter a soberania constituem jogo arriscado e solução muito duvidosa.

O nosso século longe de ser o século do domínio efectivo e irredutível é antes o século da emancipação. Não podem ouvir isto evidentemente os países que escudados num excedente demográfico que não encontra imediata solução no plano colonial pensam achar Eldorados em todos os países que necessitam antes protecção e assistência que perseguição e intolerância.



Sobre os 256.000.000 de quilómetros quadrados da África vivem apenas 3.500.000 europeus. Todos sabem que excepto a Libéria e a Etiópia a África é toda ela propriedade dos vários países europeus. Entretanto o número acima representativo da população branca que vive em África não revela de maneira nenhuma que a infiltração europeia seja de qualquer modo considerável.

Acresce que destes 3.500.000 europeus 2.000.000 pertencem à União Sul Africana e 1.200.000 povoa os países ao norte da África Tunísia, Algéria e Marrocos. Os 300.000 que faltam encontram-se espalhados numa superfície de 22.000.000 de quilómetros quadrados, como segue: África Ocidental Britânica 8.000, África Oriental Britânica 32.000, Rodésia do Norte e do Sul 64.000, África Ocidental e Equatorial Francesa 21.000, Madagascar 25.000, Congo Belga 26.000, Moçambique 25.000, Angola 52.000, Líbia 50.000, Eritreia e Somália Italiana 6.000.

Os números que citámos, por si só elucidativos, revelam que a pertença colonização de povoamento tem sido em África precisamente levada a efeito duma maneira mais notável pelos países que não possuem na verdade um extraordinário excedente demográfico nomeadamente Portugal e a França.

Se formos a analisar com efeito qual foi a obra alemã em matéria de colonização pelo branco facilmente podemos chegar à conclusão de que a Alemanha não é um país colo-

nizador. Em 1885 a Alemanha possuía em África os seguintes territórios: África Ocidental Alemã, África Oriental Alemã, Togo e os Camarões, uma superfície de 7.700.000 quilómetros quadrados. Depois do extenal feito à volta das pertensas qualidades do emigrante alemão e de a Alemanha ter dito em todos os tons que precisava de lugar ao sol verificou-se após 25 anos de domínio em 1911 que o Império Africano alemão não contava senão 15.891 brancos tendo sido por consequência de 1.500 pessoas por ano a emigração alemã para as Colónias. Se acrescentarmos que as Colónias alemãs eram tôdas elas relativamente propícias à colonização branca teremos feito o processo das aptidões alemãs nesta matéria.



A Itália não provou melhor. Existe na Eritreia um planalto de uma extensão considerável perfeitamente análogo ao planalto etíope de que é aliás o prolongamento geográfico. Tudo: população, clima, flora, etc. são semelhantes à parte abexim. É lógico perguntar: ¿porque não ensaia ali a Itália uma experiência de povoamento, e o pretende levar a efeito no país vizinho? Porque a verdade é que a Itália não conseguiu até hoje a-pesar-do seu enorme excedente demográfico fixar na Eri-

treia senão 4.556 europeus dos quais apenas 4.188 são italianos.

Não queremos com isto dizer que a Alemanha ou a Itália tenham desprezado a valorização dos seus territórios ultramarinos, pelo contrário antes se empenharam com ardor em levar a cabo êsse empreendimento que por vezes excede com efeito no dizer do épico

... a força humana

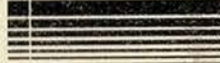
Todavía é lícito pensar que mesmo que a colonização italiana se realize em tôda a sua extensão não poderia no caso da Eritreia ultrapassar a capacidade de recepção da Etíópia que é 600.000 almas número representativo também da emigração italiana num ano o que nos permite afirmar que semelhante acção não resolveria portanto de maneira nenhuma, o problema italiano.




É certo que a África se destina no consenso de todos os estudiosos da matéria a ser o escoante natural da Europa mas por essa razão mesmo se nos afigura urgente que os problemas africanos sejam considerados sem ambigüidade no plano europeu.



Angola



As quedas do Coimbatore





Página literária

MALDITAS as pretas mãos as- sassinas que te mutilaram, ó árvore inocente, benéfica, fecunda e criadora!

Elegia da árvore mutilada

por

Alberto Jaime de Azevedo

*Pobre, pobre mangueira!
Quem a viu e quem a vê!
Até faz dó!*

Outrora, o teu porte olímpico embelezava a paisagem. A tua folhagem copiosa, dum verde sério, profundo e concentrado a destacar-se do verde leviano e efémero das outras árvores e arbustos, punha uma mancha de vida no horizonte deserto. No escudo esférico da tua copa resvalavam, quebrados, os dardos do sol escaldante dos trópicos; e à tua sombra cerrada, fresca e bemfazeja, não medravam as plantas daninhas, como se quiseses afastar do teu pé senhoril a ralé vegetal das ervas rastejantes.

Durante muitos anos viveste feliz. Viste passar mil teorias de bachôcos, caminho e regresso do trabalho, ouviste o bum-bum-bum de mil batuques; ecoaste o sibilar tempestuoso dos ventos de África e o ribombo cavo dos trovões, ao clarão das faíscas que, melhores que os homens, te respeitaram sempre; escutaste o prolongado *mâma iâmié-é-é* das melopeias indígenas; espelhaste nas tuas folhas luzidias o luar azul do sertão, e guardaste

em teu seio tôdas as surdas exalações invisíveis dos dias iórridos, todo o mistério das noites tropicais...

E tu vivias, na bonança e na tempestade, tranqüilamente, nada pedindo ao homem em troca dos frutos que pródigoamente lhe ofertavas. E contavas continuar a viver

durante muito tempo, feliz e harmoniosamente, na quietitude patriarcal da velhice...



Vieram os bárbaros, e começaram a cortar, a desbastar,—a mutilar-te. Com facas, machados, serras, tesouras, tudo quanto servisse para ferir e torturar! Vandalismo que revolta, inconsciência que entristece, o crime consumou-se!

Dentro em pouco, despida de fôlhas, apresentavas apenas nodosidades retorcidas como dedos de gotoso, e o tronco chagado como perna de leproso. E ficaste erguendo para o céu, como súplicas, os dois ou três ramos que te deixaram,—guedelhas de vassoura velha!

(Conclue na pág. 22)

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

expuzemos com o mesmo título, alguns pontos para serem realizados pela Companhia de Colonização Branca no Ministério das Colónias.

As nossas observações, eram as seguintes:
... a Companhia de Colonização Branca, deve manifestar a sua vitalidade por meio de *actos práticos*.
... a criação duma repartição permanente de informações na Bélgica e duma repartição executiva em Kivu —eventualmente, como em Katanga e no Ituri—bem como a instalação dum orfanato duplo para os nossos nativos (um para rapazes, outro para raparigas).

Um desses pontos não foi julgado "fumo". A repartição da colonização de estudos e de informações, substitue a comissão que a criou:

Hoje, o nosso objectivo é demonstrar que o projecto relativo ao duplo pensionato, apoia-se sobre uma base sólida. Pelo que segue, os nossos leitores podem verificar que não tinhamos inventado nada a este respeito.

A propaganda que seguimos desde há três anos a favor do nosso Império, está apoiada em argumentos filhos da experiência. Produtos dum trabalho paciente e não da imaginação.

Se nos permitimos sublinhar este facto é unicamente afim de provar que a repartição de colonização, pode encontrar essa certeza e o meio de realizar o desejo de Alberto I como o projecto de Leopoldo II, sobre a occupação das regiões do Kivu. Dode, se quiser!

A obra de Kingsley Fairbridge

É lendo o relatório que nos é enviado por uma correspondente londrina sobre a obra de Kingsley Fairbridge, que os leitores poderão compreender melhor, a possibilidade de crear um duplo orfanato em Kivu. Diz-o seguinte:

... Kingsley era de origem anglo-escocesa, filho dum funcionário da Rhodésia. Muito novo ainda, o filho Fairbridge, contemplando as vastas extensões do terrenos que

PASSA-
RAM seis
meses
desde que

percorria com o pai, pensava: "Estes terrenos deviam ser povoados com rapazes da nossa terra."

Visita a Inglaterra,—ama e admira a grande Ilha, não se cansa de percorrer os recantos mais afastados. Contudo, a sua ideia perseguia-o: enviar colonos para Africa afim de aliviar a Inglaterra sobrepovoada. Cedo compreendeu que as suas aspirações seriam consideradas simples quimeras. Fez uma conferência. As dificuldades que encontrou foram de tal ordem, que teve de adiar para mais tarde, a realização dos seus ideais.

De volta a Africa, empregou-se. Um dia que passava ao acaso, sem rumo certo, os olhos semi-fechados pela reverberação da terra, viu em pensamento, uma das ruas de Londres, pobre, cheia de pó, onde brincavam crianças desamparadas, de futuro incerto, e viu o seu projecto tomar vida; esse projecto ao qual sacrificará a sua vida

tôda:—transportar para a Africa esses pequeninos, criá-los nos campos da Rodhésia, fazer d'elles camponeses brancos, no coração do Continente Negro.

Para pôr em prática esse projecto, tinha que voltar a Inglaterra. Cecil Rhodes, tinha creado as "bolsas", de estudo em Oxford. Era o único recurso para ir a Londres. Trabalhou cheio de coragem e conseguiu ganhar o "viático", desejado.

Aos 24 anos, terminados os três anos de Universidade, expõe publicamente a sua ideia. Em 1910, depois de doze meses de esforços ininterruptos, conseguiu reunir num pequeno *comité*, dedicados adeptos do seu projecto, cada um deles tomou como uma obrigação conseguir os fundos necessários. No fim dum ano, Kingsley tinha em seu poder 2.000 Ls.

Era muito pouco. Mas, o novo apóstolo quiz enérgicamente fundar o primeiro estabelecimento agrícola. Casou em fins de 1911 e em Março do ano seguinte, embarcava com a sua mulher. As autoridades da Rhodésia, negam-lhe a autorização necessária para montar a sua escola agrícola em Africa. Opta pela Austrália.

Quando o primeiro contingente de rapazes chegou tinha elle acabado de comprar a primeira fazenda a um preço razoável e preparado uma dúzia de choupanas para os receber. As dificuldades principiaram logo. O Estado nega-se a intervir na instrução dos jovens emigran-

(Conclue na pág. 21)

PORTUGAL COLONIAL

C O L O N I A L

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

DIRE' DAUA', fevereiro--O correspondente estrangeiro tem que lutar, para fazer as suas reportagens, na Etiópia, com a dificuldade da língua. Pouco a pouco, vai-se habituando ao ruído estranho da linguagem indigena e, ao cabo de alguns meses de campanha, já conhece uma série de palavras e até é capaz de encarrear algumas frases.

A palavra "Webbe", que tanto se transmite nas informações da guerra, significa "rio". Não é, portanto, nenhuma terra, como vulgarmente se supõe. É uma das palavras mais importantes desta guerra, porque a maior parte dos combates se travam em torno dos preciosos poços e rios. Outro termo que se divulgou no estrangeiro, agora, com a guerra italo-etiope é "mussa", que significa "montanha". As colunas italianas instalaram-se junto de Mussa-Ali, onde estão a construir um aerodromo de modo a

poderem voar sobre a desolada região do deserto de Danaquil. "Naga", significa "manhã". Para expressar "muito bem", ou "de acôrdo", dizem os etiopees "Ishi", "Yelen", dito com energia, quer dizer "não". "Sim", diz-se "Owe".

Como tôda a gente já sabe, "Negus", quer dizer "rei", e "Negus Negusti", quer dizer "rei dos reis". Outros reis sob a soberania do Negus Negusti também podem usar o título de "Negus", mas vulgarmente o termo mais apropriado é "rás", que significa chefe de primeira categoria. Um título de importância é o de "Dajazmatch", que quer dizer comandante de um centro de organização militar. Os encarregados do governo civil dos distritos são designados pelo termo "Kendzmatch". Abaixo destas grandes personagens estão os "Fiturari", que são os chefes de exércitos particulares de tipo feudal, constituídos, aproximadamente, por uns dois mil homens. Calcula-se que o número dos "Fiturari", que há na Etiópia, se eleva a 500. "Attu", é um título honorífico que se pode aplicar a aqueles que, sem serem altas personalidades etiopees, occupam, contudo cargos de importância, como secretários governamentais, proprietários, agentes de alfândegas, etc. É um termo recomendável para os estrangeiros. Qualquer etiope com uma posição social de segunda categoria sente-se extremamente lisonjeado quando ouve que lhe chamam "attu". Os estrangeiros são designados pelo vocabulo "forangi". Na sua própria etimologia quer dizer, precisamente, "estrangeiro", presentemente tem um sentido um pouco ul-

trajante, porque os etiopees começaram a associar-lhe a ideia do estrangeiro, que vai à Etiópia para os explorar.

Em quasi todo o país se fala a língua "amarica", de origem semita. Também se fala muito o árabe. O "amárico", é muito difícil de escrever, porque o seu alfabeto se compõe de duzentas letras. Na realidade são silabas, mas, seja o que for, a ideia de ter de meter na cabeça tanto simbolo, é aterradora. As silabas são variações de umas trinta e sete raizes. Também se fala muito a língua "galla", porque uma grande parte da população etiope é "galla". A língua, que se fala na região do Tigre, o "tigreia", é também de origem semitica, e também se usa muito.

Além destas linguas indigenas, há ainda outras muito mais primitivas, que são as que empregam os "somalis", os "danaquilis", e outras tribus. O idioma mais antigo da Etiópia, que presentemente só conhecem alguns filósofos e sacerdotes é o "geze". Este idioma é para os etiopees o que era o latim para os europeus na Meia-Idade. É o idioma dos serviços religiosos, mas a maior parte dos etiopees não percebe nada dos cânticos e orações, que monotonamente, vão repetindo nas igrejas. Nem mesma a maior parte dos sacerdotes entende o "geze".

Repetem as orações, que aprenderam de memória, sem saberem a tradução.

O código legal da nação está também escrito em "geze", mas foi traduzido para "amárico", a fim de ser percebido por tôda a gente. Em resumo: pode dizer-se que na Etiópia se falam uns 70 idiomas, e incluindo os dialectos, vamos até aos 200. Felizmente para os correspondentes da Imprensa há sempre funcionários e empregados, que conhecem o francês. O inglês é quasi desconhecido. Alguns altos funcionários e pessoas de elevadas hierarquias sabem alguma coisa de inglês. A palavra "Abissínia", é de origem árabe. Significa: povo constituído por diversas raças. Os indigenas preferem o termo "Etiópia", vocabulo que tem um significado histórico para todos.

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

PORTUGAL COLONIAL

A AFRICA E O POVOAMENTO EUROPEU

NUM número recente de «O Diário de Lisboa» em correspondência de Paris, sob o título «A África não pode receber mais brancos do que aqueles que já lá vivem» publicava-se o seguinte:

Estatísticas francesas revelam que a África não pode receber mais brancos dos que actualmente lá vivem, porquanto a maior parte do continente africano não é propícia à colonização branca.

Com alguns números pode demonstrar-se que o clima e as condições geográficas do Continente Negro são hostis ao homem branco e por consequência, os argumentos alegados pela Itália e Alemanha de que necessitam de colónias na África, para uma saída para o excesso das suas populações, são cavilosos. Em toda a África, depois de um século de colonização, vivem, apenas 3.550.000 brancos. Embora o norte da África, que orla o Mediterrâneo seja conhecido e colonizado pelos brancos já de há séculos, o que é certo é que um movimento colonial concentrado na África, é relativamente moderno, já que data, aproximadamente, de há 50 anos. Põe-se em evidência que não é a falta de territórios, nem tão pouco o excesso de população que têm impedido a imigração branca. O Continente Africano compreende uma superfície de 11.500.000 milhas quadradas e tem uma população de 150.000.000 de habitantes. A Europa tem 3.750.000 milhas quadradas de superfície e 550.000.000 de habitantes.

Que as condições do continente africano não são propícias à colonização europeia, demonstra-o o facto de 90 por cento da sua população branca estar concentrada nas regiões do norte e do sul, que são as que gozam de um clima mais moderado.

A União da África do Sul alberga a maior proporção de brancos; tem uma população de dois milhões de brancos.

A África francesa do Norte compreendendo a Argélia, Marrocos e Tunis têm 1.200.000 habitantes. Os outros 350.000 brancos, que habitam na África, estão repartidos pelo resto das zonas habitáveis. Os brancos residentes na África, classificados por possessões nacionais podem distribuir-se como se segue: Inglaterra com 2.154.000 brancos.

A França com 1.246.000 Portugal com 65.000. A Itália com 56.000. A Bélgica com 26.000 A Alemanha que foi considerada como um grande país colonizador antes da Grande Guerra não tinha em 1911 — 25 anos depois de iniciada a sua colonização — mais de 15.980 cidadãos brancos nas suas colónias. A Itália com as suas três pos-

sessões africanas, Líbia, Eritreia e Somália que compreendem 600.000 milhas quadradas na superfície, só tem uma população colonial de 56.000 brancos. Dêste número, 3.100 residem na Eritreia, dos quais 3.050 habitam na capital, Asmara. A Líbia, exceptuando a parte costeira é um deserto deshabitado

A maior parte da Somália é formada por terras baixas, inhabitáveis por causas das doenças tropicais; portanto, só o norte da Eritreia pode albergar uma população branca. Os técnicos são de opinião que o Continente Africano chegou ao ponto de saturação quanto a habitantes brancos. A conquista da Etiópia pela Itália e a restituição das colónias à Alemanha não representariam uma grande imigração de brancos na África, dizem os técnicos e por isso não se resolveria o problema de excesso de população daqueles países. Estas terras africanas não são favoráveis para a colonização branca e é um equívoco pensarem a Itália e a Alemanha que poderiam chegar a possuir colónias africanas, densamente povoadas.

O artigo é curioso como argumento político entre os argumentos expansionistas da Itália e da Alemanha.

Todavia a verdade não é a que se infere do que nêle rezam os números.

A África pode receber mais brancos do que aqueles que lá vivem — ao contrário do que se pretende demonstrar.

Simplemente o ritmo immigratório é que se tornou extremamente lento por via da crise — e não porque o território habitável por brancos ou as terras vagas que estes podem ocupar não entendam uma população muito maior.

A verdade consistiria em dizer: A África não pode, em muitas das actuais colónias africanas, durante algum tempo — o necessário para modificar as circunstâncias em que está — receber mais brancos do que aqueles que lá vivem.

A modificação dessas circunstâncias é hoje a mais pesada tarefa dos povos colonizadores.

No entanto é verdade que a colonização africana, sobretudo para os povos inexperientes na matéria, como são os italianos e alemães, não é de forma alguma solução para os seus problemas de excessos demográficos.

O Povoamento Branco

(Conclusão da página 18)

tes. Por outro lado, Kingsley, sofre nesse momento frequentes ataques de febre malária, contraída em África, febre que lhe roubava as horas preciosas que destinava a educação de seus protegidos. Ao princípio, estes eram rebeldes e agarotados. Mas, a ternura do seu protector era tão grande, que pronto triunfou dos defeitos de temperamento de cada um. O bem estar e a alegria aumentava na escola agrícola ao mesmo tempo que o número de pensionistas.

Após a grande guerra, seguro da sua força, decide voltar a Inglaterra com o propósito de reunir os fundos necessários à extensão do seu plano. É bom não esquecer que os colonos-meninos, já homens, negaram-se a deixar a escola-agrícola durante a ausência de Kingsley, preferindo continuarem trabalhando ainda uns meses, na obra em que viam brilhar os resultados e apreciavam as melhoras.

Oito meses de estágio na Europa e Kingsley tinha constituído um capital de 7.000 Lbs. Também obteve uma subvenção do Estado.

De volta a Austrália, adquiriu uma grande fazenda pronta a internar 200 crianças inglesas. Esta cifra é atingida imediatamente. Infelizmente, o apóstolo estava exgotado. Morre com 33 anos. Mas, antes de morrer teve a alegria de saber que o Comité creado por ele, continuaria a sua obra.

A actividade do comité Fairbrigde

O Comité desenvolve o projecto do seu fundador. Actualmente existem duas escolas-agrícolas importantes: uma terceira vai ser fundada na Nova Zelândia; a quarta, ainda na Austrália, Enfim, a quinta, na Rhodésia mesmo, onde o Governo um dia negou ao apóstolo a sua ajuda e colaboração nessa obra admirável de desinteresse e de amor à humanidade.

Qual é o sistema adoptado pelo Comité?

A Colónia dispõe, por escola, duma fazenda grande: as crianças são instaladas em pequenos "cottages", à razão de 14 por habitação. Cada "cottage", é presidido por uma "house-mother", dando assim aos pequenitos a impressão do lar familiar.

Até aos 14 anos, as crianças seguem os cursos de instrução geral (em Austrália, o Governo subsidia actualmente esta parte de educação). Dos 14 aos 16 anos, os rapazes são iniciados nos trabalhos do campo, as raparigas nos domésticos. Esta instrução é completada com um estágio em casa dos colonos estabelecidos; durante esses estágios, os candidatos agrícolas, recebem um ordenado, cuja metade lhes é conservada na direcção da escola-agrícola. Aos 21 anos o capital assim constituído é-lhes remittido integralmente.

Resultados e Futuro

Os resultados ultrapassaram tôdas as previsões. Nem um desses ex-futuros desencaminhados metropolitanos, se fez, nem desempregado nem *poor-wite*. São hoje, 2000 co-

lonos cheios de coragem perante a vida e aclimatados à terra.

A etape final do projecto de Kingsley, está a ser aumentada e melhorada: o estabelecimento dos novos colonos na sua própria propriedade.

Ainda este ano mesmo, marcará o complemento da grande obra. Um homem, um chefe militar—um antigo coronel—acaba de se pôr às ordens do Comité, para co-rroar os esforços de Kingsley.

Vai-se pois, criar, uma colónia de pequenas propriedades onde os antigos "Fairbrigdes", estabelecerão o seu lar. Um club "central, reunirá esses camponeses no final dos estudos complementares e de distracções. O coronel-director presidirá.

Mais adiante, conforme se revelarem no futuro, no meio da mocidade das escolas-agrícolas, elementos especialmente inteligentes, far-se-á um apêlo aos amigos da sociedade (que se chama Child Emigration Society) para que estes privilegiados, sejam adotados por uma família inglesa. Esta occupar-se-á de dar aos seus protegidos, os fundos necessários que lhe permitam completar uma educação superior. Serão os futuros colonos-médicos, colonos-advogados, colonos-professores, etc., etc.

"Antes de terminar, diz a nossa correspondente, é conveniente frizar que não são só as crianças pobres dos bairros populares de Londres, que são confiados as escolas-agrícolas. São também órfãos fortes e saudáveis dos orfanatos ingleses."

Conclusão

Quanto aqui transcrevemos, demonstra claramente que a nossa sugestão de 30 de Junho, não pertence ao domínio da utopia.

... e que não nos repitam sobretudo, que a nossa opinião pública, não está suficientemente madura, para aceitar uma transplantação da mocidade belga. Antes da experiência Kingsley, a *vox-populi*, de Ultra-Mancha, junto com o Governo, não era favorável. Mas, com os resultados do Comité britânico como argumento, não é difficil obter-se a simpatia primeiro, a confiança depois, nesta obra de interesse nacional.

Não queremos acreditar que os belgas sejam uns igóistas conscientes e acanhados.

M. PH. DUTRON.

A canhoneira francesa "Argus" em Macau

Visitou oficialmente o Governador desta colónia, quando fundeou no porto de Macau, o vice-almirante Esteve, comandante da canhoneira "Argus", vice-almirante da esquadra francesa no Extremo Oriente.

O governador, sr. dr. Pereira Barbosa, foi a bordo retribuir o cumprimento com as praxes do estilo. A officialidade do vaso de guerra francês foi depois oferecido um almôço no Palácio do Governo, a que assistiram algumas entidades officiaes de Macau.

Chá Li-Cungo

Qualidade Extra-fino

Companhia da Zambézia

A pesca do tubarão pode dar lugar a uma nova indústria nas nossas colónias.

«Do boletim comercial do Ministério dos Estrangeiros transcrevemos as informações seguintes»:

O sr. Henriques Moraes, consul de Portugal em Aalesund, enviou a esta secretaria a seguinte tradução de um artigo do jornal «More Dagblad», de Christiansund, de 16 de Outubro, intitulado «A pesca do tubarão é tam lucrativa como a caça à baleia».

«A pesca do tubarão é tam lucrativa como a caça à baleia. No tubarão tudo se aproveita; os seus fígados produzem 70 litros de óleo mais rico em vitaminas do que o óleo de fígado de bacalhau. Um jovem inglês, o sr. Cran, prepara uma expedição à Austrália para explorar a pesca do tubarão. Há alguns anos que trabalha nessa pesca nas águas australianas e é de opinião que pode ser muito lucrativa. «A pele, quando preparada, é excelente para vários artigos, como calçado, malas de mão, malas de viagem e revestimentos de móveis», afirma o sr. Cran. «É tam macia e mais forte do que a pele de vitela, e muito mais fácil de tingir, porque se pode efectuar por processo diferente do de tingir as outras peles. Não se encontra um único bocado do tubarão que se não aproveite. Do fígado pode-se extrair um excelente óleo, mais rico do que o óleo de fígado de bacalhau, visto que contém uma mais alta percentagem de vitaminas. O fígado de um único tubarão pode produzir 70 a 75 litros de óleo. Os chineses consideram as barbatanas do tubarão uma especialidade culinaria tendo-se no ano passado importado em Hong-Kong mais de 1:000 toneladas dessas barbatanas. Actualmente construo oito barcos especialmente apetrechados para a pesca do tubarão na Austrália. São de aço, com 42 pés de comprimento, movidos a motores «Diesel». Estas oito embarcações operarão juntamente com um navio-apoio que possui uma moderna e completa aparelhagem e maquinaria para aproveitamento e transformação da pesca. Cada um dos barcos é aparelhado com 10 redes de pesca de 1:000 metros quadrados. As redes são colocadas durante a noite em profundidades que variam

desde 20 a 150 pés. Tenho visto algumas embarcações de Sidney içarem para bordo 68 tubarões depois de decorrida uma noite, e tenho a convicção de que o tubarão tem um valor comercial tam grande como a baleia e que esta pesca pode ser tam lucrativa como a da caça à baleia».

O consul declara a este propósito o seguinte:

A ser verdade o que se afirma nesse artigo, o que certamente se averiguará com facilidade, a exploração desse ramo da industria de pesca poderá ser uma grande fonte de receita para a economia portuguesa, nomeadamente nas nossas colónias, em cujas águas tanto abunda esse género de esqualos.

Elegia da árvore mutilada

(Conclusão da pág. 17)

E tu, numa generosidade sublime, a proporcionar aos carrascos o pretexto duma reabilitação humana, respondeste ao atentado oferecendo-lhes, num redobramento de gentileza, numa abnegação nazarena, os teus frutos—corações às centenas, que faziam vergar os teus poucos e débeis ramos e caíam no chão, como lágrimas de seiva!

E continuam os bárbaros, num encarniçamento requintado de crueldade, escalavrando o teu corpo, martirizando-te, insensíveis ao teu sofrimento, incapazes de compreender a ofensa social que praticam!



Como há mártires da Ciência, assim há mártires da Estupidez!

Não mais, linda mangueira, não mais serás a majestosa rainha do arvoredo, a matrona respeitada da sociedade vegetal!

Não mais serás mangueira, ó árvore-espectro, ó espantalho!



Pobre, pobre ex-mangueira!

Dezembro, 1935.

110

estranheiro

Livre da atmosfera guerreira dos seus antepassados, a educação da mocidade sudanesa, é objecto de orientação e cuidados extremos.

O "Gordon Memorial College", em Karthum, ensina ao indígena, como base principal, a arte de bem aplicar tudo quanto lhe rodeia. As aulas são construídas conforme a arquitectura do país e decoradas, não com desenhos da nossa vida moderna, mas, com os seus objectos folkloricos.

No chão, pelas esplendidas e variadíssimas substituem as nossas carpetes. Todos os esforços de educação, tendem a criar na mentalidade indígena, o equilíbrio das suas faculdades, dando-lhe uma ambição nobre e vigorosa. Orientação absolutamente diferente, em tudo, daquela que lhe aconselhava a passear pelas ruas vestidos a moda europeia, manejando o "stik"; é preciso evitar a todo custo que o indígena imite o homem branco.



Os indígenas do Kenia, queixam-se da forma como lhes são cobrados os impostos. A evolução constante da situação dos nativos do país, obriga o Governo a modificar as bases das taxas prediais e as respectivas rendas. Mas os contribuintes não compreendem que essas altas de imposto são uma necessidade vitalícia para a colónia. Não há dúvida que os ordenados não estão proporcionados à elevação social dos indígenas. Por isso, estes tentam castigar o fisco por meio duma completa passividade. Os seus representantes no "Legislative Council", protestam enérgicamente contra as detenções principalmente das mulheres, punidas por este motivo. O seu rancor, dirige-se aos europeus que não fazem outra coisa senão "aplicar a lei". E reclamam ao mesmo tempo professores da sua raça. É certo porém, que não se pode confiar cargos dêsses a pretos.

Tôdas as experiências feitas nesse sentido, só trouxeram abusos enormes.



O direito internacional, permite ainda ao Japão o aproveitar-se das desembocaduras nos territórios sob mandato? Parece-nos bem que não, visto que não é membro da S. D. N. O Japão perdeu os direitos todos, de igualdade em matéria comercial. Por outro lado, o tratado comercial Anglo-japonês, realizado em 1911, concedeu ao Japão a clausula da nação mais favorecida, mesmo entre os países sobre mandato britânico: a condição de reciprocidade de vantagem.

Entalado entre estes dois argumentos, o Governo Inglês encara muito seriamente a publicação (les denonçes) do tratado de 1911.

PORTUGAL COLONIAL



Uma revista francesa que desde princípio do ano faz voluntariamente a profissão de pitonisa e cujos vaticínios nestes últimos anos se têm curiosamente verificado, émite a profecia seguinte:

"O conflito italo-etiope terminará em água de nabos,, antes da época das chuvas. Cada adversário se proclamará vencedor — os dois seriamente atingidos, tanto no moral como no físico, sobre tudo a Itália... —. O Duce entrou já num período fatal, cujo desenlace está extremamente próximo, e breve o teremos que ver..."

A ditadura integral que representa o nome de Mussolini, não será mais admitida pelo povo italiano, que conservará no entanto por aquele que foi o seu chefe e guia soberano uma grande admiração e maior respeito. O seu exemplo será exaltado durante largo tempo. Depois, a política transalpina, voltará de novo e completamente à Inglaterra, o que lhe permitirá de novo realizar parte das suas aspirações na Abissínia. O Foreign Office é firme nos seus princípios e cómodo na sua modalidade..



A imprensa alemã e o mundo oficial — na Alemanha — guardam a maior reserva sobre tudo quanto diz respeito aos problemas de redistribuição africana, resultante do abissínio. No entanto, parece constar, que a Alemanha espera a sua hora. Espera encontrar vantagens do lado inglês e está na expectativa das complicações que possam vir, para obter na Europa, vantagens numa aliança militar. A Alemanha, está de atalaia mas jogará ganhando se os pacifistas-beligerantes (esta definição paradoxal é no entanto exacta) governarem os povos pacíficos.



O burgomestre de Hamburgo, num discurso proferido há dias queixa-se entre outras coisas do sistema firme da Europa de... "eliminar o povo alemão da actividade colonial... Constitui um dever para este povo, por respeito por si mesmo, de protestar enérgicamente contra o absurdo dessas mentiras que dizem respeito aos seus erros coloniais. Quem viveu nas nossas antigas colónias — diz êle — fez a sua religião a este respeito e sabe que a nossa administração nesses territórios foi modelar, sendo uma perfeição tudo quanto se relacionava com as nossas relações com os indígenas.

São êsses factos reconhecidos hoje, por todos os estrangeiros imparciais. Não é menos incompreensível que este povo esteja ainda excluídos de toda participação na obra civilizadora dêsses territórios.

de l'Essor Colonial et Maritime.

Rescisão do contrato de lotarias em Macau

O Governo da colónia de Macau rescindiu o contrato celebrado em 31 de Dezembro de 1934 com a Sociedade denominada "Chap-Pak-lao-Han-Cong-Si", (Sociedade Chap-Tak, Limitada), da concessão do exclusivo das lotarias "Chin-pu-pio,, "Pac-cap-pio,, e "San-pio,, em Macau, Taipa Coloane, pelo período de 4 anos, a decorrer de 1 de Janeiro de 1935 a 31 de Dezembro de 1938, de harmonia com o estabelecido no § 3.º da condição 2.ª do citado contrato, com reversão, a favor da Fazenda Nacional, da respectiva caução.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês Realizadores

NA entrevista concedida ao Diário de Notícias pelo sr. Ministro das Colónias, entrevista que transcrevemos neste número da Portugal Colonial há uma frase que tem uma importância especial por corresponder, mais do que qualquer outra, às necessidades da administração do Império Colonial. Diz Sua Ex.^a: «Procurarei ser um realizador».

Esta promessa é, evidentemente, de quem vê claro um problema.

As Colónias precisam dum realizador no Terreiro do Paço — e precisam duma série de realizadores em África, na Ásia e na Oceania. Não basta a prosa do Diário do Governo, nem os discursos de propaganda, nem o lirismo que a sua espiritualidade consente, para as levantar da crise amarga em que se encontram.

Há que realizar nelas um vasto programa — de resto enunciado.

Há que procurar para esse programa os homens capazes de fazerem alguma coisa mesmo que sejam homens incapazes de falar e escrever muito.

Um pé de cacoeiro plantado em S. Tomé; cem metros de estrada abertos em Moçambique; cem escudos de crédito facilitados em Angola — valem bem mais que a prosa com que se tecem endeixas e promessas e têm ainda a vantagem de dar a essas palavras um sabor novo e agradável.

O sr. Ministro das Colónias prometendo que procurará ser um realizador marca em poucas palavras o mais útil e mais oportuno dos programas.

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

Foi criado um conselho administrativo para o vapor "28 de Maio", que presta serviço na colónia, fazendo parte do mesmo: o capitão dos portos, o director da Alfândega e o secretário de Fazenda de S. Vicente de Cabo Verde. Além das atribuições administrativas, compete ao conselho o estudo das carreiras a efectuar pelo vapor e a organização das tarifas de passageiros e carga.

➤ O Governo autorizou, por portaria provincial, o aumento dos honorários aos despachantes aduaneiros, aprovando novas tabelas por onde os mesmos se regulam.

➤ Foi determinado que as duas unidades militares da colónia de Cabo Verde passem a designar-se "pelotão misto de infantaria e artilharia n.º 1 e n.º 2 mantendo a sua organização actual.

➤ Foi autorizada a emissão dum selo especial, da taxa de \$50, com a legenda "Pró Cabo Verde - Assistência Pública", destinado a obter receita para assistência nesta colónia.

➤ No "Diário do Governo", foi publicado um decreto que dá nova redacção ao artigo 129 da pauta de importação em vigor em Cabo Verde, relativo a madeira cortada e aparelhada, destinada ao acondicionamento de fruta, bolacha, sabão, tabaco e qualquer outro produto agrícola ou industrial da colónia.

Guiné

A "Companhia Chargeurs Reunis", entregou ao Ministério das Colónias uma proposta para o transporte de malas do correio, por via aérea, para a nossa colónia da Guiné, para o que seria necessário o seguinte: uma superfície de água abrigada, perto de Bolama, para amargem dos aviões; um posto meteorológico, para fornecer esclarecimentos precisos sobre a situação atmosférica nas re-

giões sobrevoadas dentro da colónia; um pósto de T. S. F., para estabelecer comunicações com os postos franceses e com os postos de bordo dos aviões, e ainda um pósto radiogoniométrico instalado na mesma colónia, para permitirem aos pilotos orientarem-se com mau tempo. Foi consultado, telegráficamente, o sr. governador da Guiné, acêrca desta proposta.

• O Conselho do Império Colonial deu já o seu parecer relativo à reorganização das forças militares da colónia da Guiné.

• O governador da Guiné enviou ao Ministério das Colónias a quantia de 800 contos para pagamento dos encargos da mesma colónia na Metrópole.

S. Tomé e Príncipe

Deve ser publicado por estes dias um decreto que facilita o recrutamento da mão de obra para a agricultura de S. Tomé e Príncipe.

A Junta Local do Trabalho Indígena em S. Tomé, por intermédio do governador da colónia, enviou uma representação ao sr. Ministro das Colónias alegando a necessidade de se recrutarem novos serviços em Angola e Moçambique, para os trabalhos agrícolas das duas ilhas.

• Principais produtos exportados no 1.º semestre de 1935: Cacau, 2.812.857 quilos; café, 729.558; coconote, 1.945.913; copra, 655.168; óleo de palma, 550.897; diversos géneros, 179.488.

(Do suplemento financeiro, económico e estatístico da colónia).

• O governador de S. Tomé e Príncipe participou ter chegado ali em 8 do corrente e partido a 10 o navio-escola da marinha de guerra espanhola "Guan Sebastian del Cano". O comandante e os oficiais foram recebidos com as devidas honras e afectuosamente. A bordo do referido navio o comandante e oficiais retribuíram as homenagens que lhe haviam sido prestadas, correndo tudo num ambiente de simpatia.

• O governador informa ter inaugurado o serviço telefónico em Almas, tendo a população agradecido à autoridade local, saudando entusiasticamente o sr. Presidente da República, Presidente do Conselho e o sr. Ministro das Colónias e apoiando a política do Estado Novo.

Angola

O governador geral de Angola está tratando com o Governo Central da solução e problema dos trigos naquela colónia.

• Acaba de ser instalado em Loanda o Consulado da Holanda tendo sido acreditado cônsul dos Países-Baixos o gerente da Zuid-Afrikaansch Handelshuis, (Casa Holandesa) sr. Leo Thieleke.

• Para ser conseguida uma uniformidade foi aprovado e pôsto em vigor em Angola o Regulamento da cobrança da cota de Uniformização do Imposto Indígena.

No preâmbulo da portaria que determinou esta providência, explica-se: "A actual disparidade de taxas de imposto indígena origina, entre outras perturbações, uma tendência, dos naturalmente ociosos, à deslocação dos pontos mais tributados por aqueles em que o imposto é menor: precisamente dos pontos onde o progresso é maior para aqueles em que menos se faz sentir."

• Foi chamado à Metrópole, pelo sr. Ministro das Colónias, o Governador da Província da Huila, sr. capitão Carlos Afonso dos Santos. Para exercer interinamente o mesmo cargo, foi nomeado o tenente-coronel médico sr. Armando Ramos Fontainhas.

• O mesmo governador pediu autorização para reforçar a dotação da missão religiosa Omupunda, visto a verba que lhe foi destinada, ser insuficiente.

• Em vista dos degredados pertencentes à colónia de Angola que se encontram cumprindo sentença na colónia de Moçambique, serem mandados regressar àquela colónia, o governador geral de Angola pediu para reforçar a verba destinada às despesas com os mesmos degredados em mais duzentos contos, para pagamento das suas passagens e outras despesas.

• Novos corpos gerentes da Associação dos Lojistas de Loanda, para o ano corrente.

Mesa da Assembleia: Presidente, José Pereira Ribeiro; Primeiro Secretário, Manuel Cardoso Moreira; Segundo Secretário, Francisco Laurador, e suplentes: António dos Santos Caiado e Alberto Ferreira de Magalhães.

Direcção: Presidente, Isldro Teixeira; Vice-Presidente Luciano Augusto Marcelo; Tesoureiro, Carlos Fernandes Gaspar; Secretário, José Annauth; Vogal, José Francisco Rodrigues; e suplentes, Abílio Fernandes dos Santos e João de Deus Setas.

Conselho Fiscal: Presidente, Francisco Nobre de Carvalho; Vogais, Francisco Rosa Lopes e Joaquim André; suplentes, Celestino da Silva e Alfredo Moraes Pinto.

• Foram aprovados e publicados no "Boletim Oficial de Angola", os estatutos do Sindicato de Indústria e Comércio de Peixe de Loanda.

• Tomou posse o mês passado, a nova comissão administrativa do município de Loanda, que foi assim constituída pelo sr. governador geral:

Presidente, engenheiro Fernando de Oliveira Mouta; Vice-Presidente, engenheiro Pedro de Figueiredo Lemos.

Vogais efectivos, dr. Gustavo Bebiane Beata Neves, dr. João de Freitas Sampaio e Castro e Francisco Manuel Simões.

• Realizou-se no dia 22 de Dezembro último, em Benguela, o "dia da Metrópole", comemoração promovida a pedido da Sociedade de Geografia de Lisboa. Constatou da imposição do nome de: *Avenida da Sociedade de Geografia de Lisboa* a uma das artérias da cidade; sessão solene nos Paços do Concelho, tendo discursado os srs. Barroso Mendes, dr. Augusto Durães e o Governador da Província de Benguela.

• A Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Lobito-Catumbela, enviou uma circular a tôdas as associações no sentido de pedirem ao Governo que as pautas alfandegárias que vão ser postas em execução sejam primeiro apreciadas pelos organismos económicos, a exemplo do que se vem fazendo na Metrópole.

• Recolheu ao Lobito, a contabilidade da filial do Banco de Angola, em Benguela, facto que, como se sabe, obedece a um novo sistema de descentralização de serviços de contabilidade adoptado por este organismo bancário.

• O Governo de Angola, a fim de satisfazer as instantes necessidades da colónia, propôs a criação duma esquadilha aérea militar podendo iniciar-se desde já com 3 ou 4 aparelhos, bem como as respectivas instalações.

• O Governo de Angola propôs a aquisição do material necessário para o estabelecimento de novos postos, manutenção, beneficiação das linhas telegráficas e telefónicas da colónia.

• Foi publicada uma portaria relativa ao abono de gratificações, durante o presente ano económico, ao pessoal que está prestando serviço na missão de estudo da irrigação do Vale do Cavaco (Benguela).

• Vai ser publicado um decreto que manda incluir na tabela anexa ao decreto n.º 20.280 a categoria de pro-

fessores directores das escolas-officinas da colónia de Angola.

❖ O Governo desta colónia publicou um importante diploma determinando a "concentração comercial", que reproduzimos:

"Artigo 1.º Fica proibida a construção de qualquer casa destinada a comércio fora dos actuais núcleos de concentração comercial.

1.º Consideram-se núcleos de concentração comercial, para os efeitos deste diploma, as concentrações em que haja, pelo menos, cinco casas, as sedes de circunscricções e postos e as estações e apeadeiros de caminho de ferro.

2.º Até publicação do diploma definitivo que regule a concentração comercial, a concessão de licenças para a abertura de novas casas comerciais fica dependente da autorização dos Governos da Província.

Art. 2.º Só pode exercer-se comércio fora dos centros urbanos, nas actuais casas que estejam abertas ao comércio e até ao seu encerramento.

Art. 3.º Deixa de ser permitida a concessão de licenças para o comércio ambulante com indígenas.

Art. 4.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Trata-se duma medida de significado alcance, visando impedir deslizes de ordem mercantil, mais fáceis de serem consumados longe das vistas das autoridades e fiscalização natural dos negociantes concorrentes.

❖ Está ainda sendo objecto de aturado estudo o projecto relativo ao estabelecimento da moagem em Angola e à questão dos trigos da mesma colónia.

❖ A nova câmara municipal de Sá da Bandeira (Lubango) ficou assim constituída:

Dr. Armando Fontainhas, Afonso Castilho, José Maria da Costa Simões e Manuel João Dias.

Suplentes—Dr. José de Paiva, José Nunes, Adelino Augusto de Andrade, João Ricardo Rodrigues e João Santos Tôrres.

❖ Segundo notícias de Angola, em virtude do tenaz combate, a praga de gafanotos desapareceu já de alguns pontos daquela colónia.

❖ Foram construídos em Pôrto Amboim vários pavilhões sanitários para indígenas. Serão apetrechados com os aparelhos necessários destinados a cirurgia.

❖ Em Pôrto Amboim vai ser montado um pósto rádio-telegráfico.

❖ Consta que em Março, seguirão para Angola as primeiras famílias que a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, de acôrdo com o Governo, pretende ao longo da sua linha férrea, iniciando, assim, fixar o seu plano de colonização.

❖ Foi anulada uma verba do Orçamento Geral da Colónia na importância de Ags. 2.000.000,00, para servir de contra-partida aos créditos extraordinários destinados à compra de sementes para os sinistrados da praga dos gafanotos e à continuação dos trabalhos de extinção da praga acridiana.

❖ Deve funcionar neste ano lectivo, na parte do edificio que lhe é destinado e se encontra já concluída—o Liceu de "Diogo Cão", de Sá da Bandeira (Lubango).

❖ O Boletim Oficial de Angola (primeiro número de Janeiro) publica a lista de 743 títulos da Dívida de Angola (alcool) que foram amortizados, por sorteio, em Dezembro último.

❖ O Governo Geral de Angola, determinou que o contingente de recrutas, aencorporar no ano de 1936 seja fixado em 1.808 homens, para tôdas as unidades da Colónia.

❖ Vai ser publicado um trabalho, intitulado "Compectus Florae Angolensis", pelo Instituto de Botânica da

Universidade de Coimbra em colaboração com o Museu Britânico.

Na sua grande parte, este trabalho é o resultado da Missão Botânica que em 1927 foi a Angola presidida pelo professor sr. dr. Carriço.

Foi chamado a Lisboa o botânico Grossweiler, a fim de proceder à publicação do esboço fitogeográfico de Angola. Ambas as publicações serão feitas a expensas do Ministério das Colónias.

Assim se tornam públicos os resultados das investigações científicas feitas nas colónias, orientação que só pode merecer aplausos, pois o contrário importa apreciações apenas resultantes de serem ignorados muitos trabalhos de alto valor científico existentes nos nossos arquivos públicos.

Procura-se fazer revestir da maior solenidade a cerimónia comemorativa da inauguração da lápide onde foi esculpido o nome do sr. dr. Oliveira Salazar, para a nova denominação da vila de Dalatando, antiga sede do extinto distrito do Quanza Norte. Para esse efeito está sendo elaborado um programa de que faz parte uma sessão solene onde falarão alguns oradores nacionalistas.

❖ A visita da esquadilha aérea fez reviver o Aero Club de Angola, colectividade há uns anos fundada em Loanda. Um grupo de residentes promove a aprovação dos respectivos estatutos, tem recolhido bastantes adesões e entabou negociações para a aquisição dum aparelho no Congo Belga.

❖ Foi elevada a 1.ª classe, a estação telégrafo-postal em Nova Sintra, em Angola.

❖ Novos corpos gerentes da Associação dos Empregados do Comércio de Loanda, para 1936:

Assembleia Geral: Presidente, Anibal Calado; 1.º e 2.º secretários, José Ferreira e César Augusto Mateus; suplentes, Luiz Carlos Leitão de Basto e Amadeu Pinto Leite.

Direcção: Presidente, José Mendes Martins; vice-presidente, José Jaime Henriques Fernandes; 1.º e 2.º secretários, Joaquim Mena Abrantes e João Frazão Pereira; Tesoureiro, Armando Pestana Coelho; vogais, Braz Pinto Galvão e Henrique Lopes; suplentes, Manoel Lourenço, Emílio Barroso, Manoel Dias e Mário Caldeira.

Conselho Fiscal: Presidente, José Pinto Guedes Beltrão; secretário, João da Conceição Costa; relator, António Gomes de Azevedo; suplentes, César Fernandes Gomes, Artur Pereira Marques e Armando Serra Coelho.

❖ Em 29 de Junho de 1934, o extinto conselho do distrito de Huíla aprovou determinadas alterações à tabela Geral de licenças, taxas e demais rendimentos da Câmara Municipal do Lubango. A Associação Comercial da Huíla reclamou da deliberação, especialmente contra as verbas da disposição 7.ª dessas tabelas, que tratava da entrada de mercadorias de fora da praça, em camionetas ou em outros meios de transporte. Do Tribunal Administrativo regional este caso vem em recurso até ao Conselho Superior das Colónias que terminou agora público o seu acórdão, negando provimento ao recurso, sem apreciar o que diz respeito à anulação da deliberação reclamada.

❖ Está em estudo um projecto de decreto que trata da questão dos trigos em Angola e da colocação deste cereal noutras colónias.

❖ O governo de Angola propôs a continuação ao serviço dos médicos interinos por fazerem falta ao mesmo.

❖ A nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mossamedes, ficou assim constituída:

Presidente—João Martins Cristão, professor oficial; vogais efectivos; vice-presidente, Guilherme Coelho de Abreu, chefe da Divisão de Fixação de Dunas; Júlio Soa-

res Marque, professor oficial; António Joaquim Fernandes e António da Conceição Pinheiro, comerciantes.

Um dos últimos números do "Boletim Oficial," do Governo Geral de Angola que recebemos insere dois mapas do Conselho de Câmbios sobre as transferências concedidas no mês de Outubro último e no espaço de Janeiro a Outubro de 1935, ao abrigo do Fundo Geral e do Fundo Especial de Maneio.

Desses mapas conhece-se que os pedidos, pelo "fundo geral," durante o mês de Outubro, foram de 91.801.499\$27 mas que só foram concedidas transferências na importância de 5.341.870\$35.

As autorizações concedidas pelo mesmo Fundo Geral, em dez meses, de Janeiro a Outubro, somam 51.434.638\$74, quasi metade do que foi solicitado no mês em referência.

Pelo "fundo especial de maneio," foram também solicitadas transferências na importância de 19.138.901\$38 mas só concedidas autorizações, nesse mês de Outubro, de 3.674.641\$00.

As autorizações concedidas por este fundo de 1 de Janeiro a 31 de Outubro, somam 37.851.360\$62.

Moçambique

O vapor "Usaramo," desembarcou em Lourenço Marques quatro locomotivas a vapor. Duas destinadas aos Caminhos de Ferro locais, e duas para o Caminho de Ferro de Moçambique.

São de origem alemã, da firma Henschel & Sohu.

Vai ser construído na cidade da Beira um edifício destinado a laboratório de análises químicas e bacteriológicas.

Foi extinto o lugar de oficial secretário da Assis-tência Pública desta colónia.

Pela Delegação de Saúde foi proibida a venda e exportação do sal escuro, produzido na Catembe e vendido aos indígenas.

O regulamento para o exercício da caça no território da Companhia de Moçambique mantém a Comissão de caça, com jurisdição em todo o território de Manica e Sofala, presidida pelo comissário chefe do corpo de policia civil e composta por mais dois vogais, nomeados pelo governador do território. Um dos empregados do corpo de policia civil exercerá as funções de secretário.

Foi extinta a junta local do Ibo, passando todos os seus encargos para o Estado.

A Direcção dos serviços dos portos, caminhos de ferro e transportes, pela sua divisão de exploração, recebe propostas até 5 de Março do corrente ano para um grande fornecimento de material ferroviário. Consta duma relação afixada nuns 14.000 carris de vários calibres, milhares de eclisses, parafusos, "firefonds," e mudanças de via.

O Conselho do Governo de Moçambique aprovou uma proposta abrindo um crédito especial de 72.000\$ destinado ao pagamento do subsídio aos delegados da Colónia à Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português.

Foi também aberto em Moçambique, um crédito especial de 2 078.203\$07, para pagamento da dívida daquelle colónia a Cabo Verde.

Salários médios correntes, em Lourenço Marques em Junho do ano passado, segundo o "Boletim económico e estatístico," desta colónia, recentemente recebido: Agricultor, 200\$00 mensais; alfaiate, 1.500\$00; barbeiro 1.600\$00; caixeira, 845\$00; caixeiro, 1.747\$00; car-

pinteiro, 2.040\$00; chauffeur, 1.740\$00; cobrador, 1.100\$; compositor tipográfico, esc. 1.890\$00; confeitiro, 3.357\$; costureira de alfaiate, 740\$; dactilógrafa, 2.044\$; despachante aduaneiro, escs. 3.507\$; electricista, 2.250\$; empregado de armazém, 2.000\$; encadernador, 2.167\$; entalhador, 2.160\$; escriturário, 2.675\$; estofador, 2.000\$; farmacêutico 3.139\$; ferreiro, 2.250\$; fotógrafo, 1.750\$; fundidor, 1.920\$; funileiro, 1.800\$; gerente industrial e comercial, 6.000\$; guarda-livros, 4.282\$; linotipista, 4.480\$; maquinista, 3.116\$; marceneiro, 2.040\$; músico, 2.200\$; padeiro, 1.633\$; pasteleiro, 2.500\$; pedreiro, 2.100\$; pulidor, 2.600\$; serralheiro, 2.760\$; serralheiro mecânico, 2.760\$; torneiro, 2.760\$.

Movimento de desempregados—Existiam em 30 de Junho na colónia, não incluindo o território administrado pela Companhia de Moçambique: 432, dos quais 207 europeus.

Profissões onde o desemprego era mais acentuado: empregados do comércio, carpinteiros, caixeiros, chauffeurs, empregados agrícolas, idem de escritório, pedreiros, serralheiros, alfaiates, sapateiros, etc. Sem profissão, 20.

Foi autorizado o Governo de Moçambique a abrir um crédito para pagamento à Secretaria Internacional da União Postal.

A Associação dos Empregados do Comércio e Indústria de Lourenço Marques solicitou à Sociedade de Geografia de Lisboa, o seu concurso e a cedência de algumas relíquias em seu poder, para uma exposição que vai realizar naquela cidade, referente às campanhas de ocupação na colónia. Preside à Comissão de honra o Governador Geral e à Comissão executiva o Chefe do Estado Maior. A data da abertura da exposição está marcada para o dia 7 de Novembro, aniversário do combate de Coolela.

Está sendo estudado com toda a urgência o projecto relativo à reorganização da Instrução Pública da colónia de Moçambique.

Preços médios dos materiais de construção em Lourenço Marques, em Junho do ano passado, segundo o "Boletim económico e estatístico," desta colónia, recentemente recebido:

Agua-raz, galão, 30\$45; auaulejos, metro quadrado, 38\$90; alvaiade em massa, kg., 5\$52; a mesma em pó, 8\$67; a mesma de zinco, 3\$12; areia, m. c. 2\$38; barrotes de 5" x 3", pé, 1\$37; cal, kg. 1\$70; cimento da colónia, saco de 86 kg., 41\$00; curvas e cotovéis, de 3/4, cada 3\$12; ferro, kg., 1\$33; gesso, kg., 2\$57; ladrilho, m. quad., 45\$60; ocre, kg., 3\$80; óleo de linhaça, galão, 21\$75; pedra mediana, m. c., 26\$58; pedra britada, 37\$77; pó de sapato, pacote, 3\$12; prego de cavilha, kg. 2\$57; prego de fásquia, kg., 3\$55; prego de galeota, kg., 2\$57; prego telhado, kg., 2\$75; secante líquido, galão, 83\$35; secante em pó, pacote, 2\$62; sífões cortados, cada, 32\$50; idem, de palio, 32\$50; tábuas de fórr, pé, \$79; de sôlho, 1\$05; tijoulo burro, mil. 226\$60; tubo de grés de 4" e 6", cada 17\$70; vermelhão, kg., 16\$85; vermelhão, kg. 16\$85; verniz inglês, 79\$50; vidraça por medida, pé quad. 2\$17; vidraça, caixa de 100 pés quad. 121\$10; zarcão, kg. 7\$50; zinco canelado, pé, 2\$45; zinco liso, chapa n.º 24, cada, 21\$72.

Vão ser ouvidas as estações superiores do Ministério das Colónias acerca dum projecto de diploma enviado pelo Governo de Moçambique sobre a criação, em Lourenço Marques, duma Escola Técnica Profissional.

Para substituir o falecido engenheiro Joaquim Gran-ger, na delegação desta colónia para a Conferência Económica do Império, foi nomeado pelo Governador Geral de Moçambique o sr. engenheiro Mário José Ferreira Mendes, director das Obras Públicas.

• Foi nomeado, por portaria provincial, presidente da Câmara Municipal da Beira, o 1.º tenente sr. Armando lúlio de Roborêdo e Silva, capitão dos portos no território de Manica e Sofala.

• Durante o ano de 1935, entraram no pórto de Lourenço Marques, 955 navios, em comparação com 823 em 1934 e 760 em 1933.

Estes números representam um aumento de 63 navios de 1933 para 1934, e também um aumento de 132 navios de 1934 para o ano findo, ou seja um aumento total de 194 navios desde 1933 até ao fim do ano de 1935.

• Num grosso volume de perto de 400 páginas foi publicada a Estatística Geral do Movimento Comercial e Marítimo no Território de Manica e Sofala em 1934, precedida, como a Estatística do território administrado pelo Estado, de um relatório do Director das Alfândegas de Manica e Sofala.

• A Companhia de Moçambique acaba de comunicar a sua participação na iniciativa promovida pela Sociedade Luso Africana do Rio de Janeiro, apresentando quadros, mapas, dados estatísticos, livros e publicações; e cedendo à Luso-Africana alguns filmes sobre os seus territórios para esta os fazer exibir no Brasil. Também contribuirá para a publicação diária do "Boletim", durante a "Semana", fornecendo artigos de propaganda.

• A fábrica de assucar Incomati Estates, de Xinavane, terminou nos fins do mês passado os seus trabalhos de trituração de cana. O assucar produzido este ano ultrapassa 18.000 toneladas, tendo sido este o ano de maior produção desde que esta fábrica iniciou o seu fabrico.

• O Boletim Oficial de Moçambique publicou já o decreto aprovando o novo regulamento para o exercício da caça no território sob a administração da Companhia de Moçambique.

• O deputado de Moçambique sr. dr. António Aires, esteve com o sr. Ministro das Colónias a quem comunicou a representação das associações económicas da Vila de João Belo (Chai-Chai) que entregou no respectivo Ministério. Essa representação, que é patrocinada pela União Nacional daquela colónia, pede a criação de um julgado Municipal em Gaza.

• Pelo Governo da colónia foi aprovado um crédito de 20.408.457\$03 para reforço do orçamento do Conselho de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes. Para as brigadas de construção dos caminhos de ferro de Magude-Limpopo e Moçambique, foram destinados, respectivamente, 5.192.000\$00 e 5.532.487\$54.

• O governo de Moçambique propôs a uniformidade taxas postais pela via aérea.

Índia

Para perpetuar a memória do professor primário Padre Roque da Piedade Gracias, que foi, por muitos anos, professor da escola primária oficial da Piedade, os seus amigos e admiradores puzeram à disposição do Governo da Índia a quantia de 106 rupias para com o produto dos juros dessa importância depositados na Caixa Económica Postal poder ser conferido, anualmente, um prémio ao aluno mais distinto do primeiro grau da mesma escola e, em identidade de circunstâncias, ao mais novo.

• Foi convertida em definitiva a licença provisória concedida à "The Damão Electric Supply Co. Ltd.", para a exploração da instalação eléctrica, por se achar completa a montagem de toda a rede autorizada.

• Pela Direcção dos Serviços de Fazenda do Estado da Índia foi aberto um crédito especial de 27.683:09:02 rupias, destinado ao pagamento de subsídio aos municí-

pios de Goa, Damão e Diu, a título de compensação, pela supressão do imposto de viação.

• Nos últimos dias de Dezembro próximo passado foi solenemente comemorado o terceiro centenário da fundação da igreja de Moirá.

• Foi determinado que o número de primeiros cabos da secção de artilharia da guarnição do Estado da Índia passa a ser de cinco, sendo três europeus e dois naturais da colónia.

• Tendo sido concedido pela Comissão Gerente da Assistência aos indígenas e à Infância Desvalida de Goa, o subsídio de 4.000 rupias, à Infância Desvalida de Damão para o ano de 1936, o Governador Geral do Estado da Índia nomeou uma comissão, de que assumiu a presidência, para administração dos referidos fundos; e eslundou a instalação dum internato para órfãos a estabelecer num edifício do Estado em Marvor.

• O Governo do Estado da Índia mandou instalar no Distrito de Damão, e com sede em Damão, uma Escola de Artes e Ofícios destinada a ensinar o ensino profissional dos aprendizes de ofícios, e a ministrar a instrução prática para fornecer operários aptos para diversos ofícios e misteres.

• Foi também mandado abrir um crédito especial para pagamento ao pessoal das Conservatórias do Registo Predial da Índia, de setenta e cinco por cento de emolumentos arrecadados pelas mesmas Conservatórias.

Macau

Por determinação do Governo da colónia, não é permitido às pessoas que deixem Macau levarem consigo mais de 3.000 patacas em prata.

• Para a Sociedade Navegação e Comércio, Ltd., de Macau, foi lançado à água no pórto de Hong-Kong um pequeno navio a vapor, destinado a fazer carreiras regulares de navegação entre Macau Makassar, portos de Timor e do Norte da Austrália, a partir do corrente mês. Foi construído nos estaleiros de Kwong Fook Cheung, em Kowloong, mas os operários foram, na sua maioria, macaístas. Pode transportar o "Pérola", que assim se chama, algumas centenas de toneladas de carga e alguns passageiros. A firma proprietária é composta por dois portugueses.

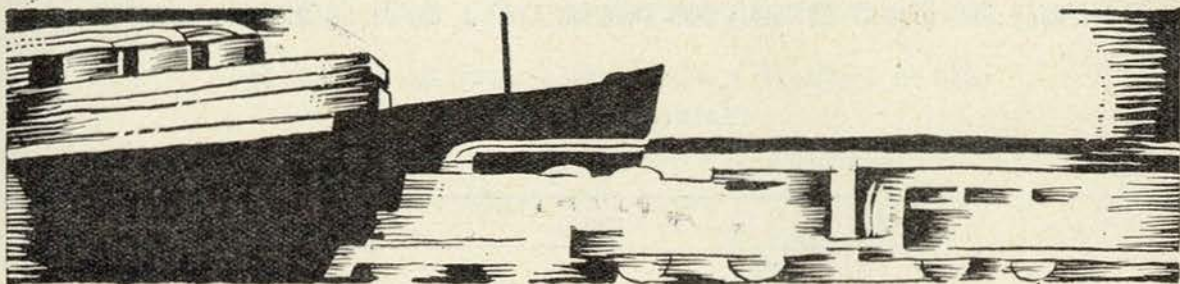
Vão ser tomadas medidas no sentido de aperfeiçoar e intensificar o ensino de português, quer nas escolas primárias municipais, quer nas escolas luso-chinesas e chinesas subsidiadas pelo Estado, quer ainda nas escolas a estabelecer em Hongkong e Xangai, cujas comunidades desde há muito reclamam do Estado os meios necessários para que as crianças portuguesas se não esqueçam da língua do país de origem de seus pais e avós.

• O Conselho do Governo de Macau aprovou o projecto relativo à criação da moeda privativa da colónia, projecto que vai enviar ao sr. Ministro das Colónias para ser apreciado.

• Nos seus lugares de reitor e secretário do Liceu desta Colónia, foram reconduzidos os professores do mesmo estabelecimento srs. dr. José Ferreira de Castro, e Fernando de Lara Reis.

• Foi aprovado o orçamento suplementar n.º 1 do Fundo Escolar Geral para o corrente ano económico de 1935-1936, importando a receita (saldo com que se encerrou a gerência do ano económico findo de 1934-1935) em rupias 91.857:12:03,5 e a despesa em rupias 28.973:00:05,5, resultando um saldo de rupias 62.891:11:10.

• Vai ser posta em concurso, em Macau, a exploração da ostreicultura na referida colónia.



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1931	1932	1933	1934		1935					
	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	De emb.	Julho	Agosto	Setem.º	Outubro	Novemb.	Dezemb.
LISBOA (cidade).....	1.302	1.636	1.304	1.303	1.203	1.209	1.312	1.292	1.180	1.136	1.137

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1935 15 de Dezembro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	35\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	25\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	17\$50
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	—
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	40\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	40\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	38\$00
Café do Cazengo (de 2.ª).....	»	120\$00	36\$00
Coconote.....	»	33\$00	17\$50
Copra.....	»	42\$00	19\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(d) 35\$00
Rícino.....	»	27\$00	20\$00
Gergelim.....	»	34\$00	20\$00
Algodão.....	Quilog.	10\$00	6\$50
Cera.....	»	16\$00	11\$00
Cola.....	»	6\$00	(e) —
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	(e) —
Milho.....	»	\$94	—
Coiros.....	»	15\$00	6\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Novembro de 1935

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede), . . .	685.336	4.635.251	—	—	6.279.399	2.298.733
Banco N. Ultramarino (Sede)	13.325.746	6.549.833	199.458.803	113.431.084	155.111.678	129.476.397

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa de Janeiro a Dezembro de 1935

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1935	1935	1935	1935
	Dezembro	Janeiro a Dezembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro
Reexportação :				
Cacau	625.848	8.400.735	1.143.993\$00	19.731.351\$00
Café	435.685	2.821.219	1.075.781\$00	8.221.518\$00
Cera	49.071	687.109	474.464\$00	6.433.979\$00
Outras mercadorias	383.327	7.942.213	701.776\$00	8.160.368\$00
Total	<u>1.493.931</u>	<u>19.851.276</u>	<u>3.396.014\$00</u>	<u>42.547.216\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	—	16.650	—	40.000\$00
Café	376.513	2.450.268	919.310\$00	7.864.490\$00
Cera	36.876	230.849	371.000\$00	2.213.680\$00
Óleos de palma e côco	10.267	471.357	17.000\$00	555.400\$00
Ursela	—	20.484	—	19.000\$00
Outras mercadorias	1.594.738	9.088.207	1.059.200\$00	7.842.411\$00
Total	<u>2.018.394</u>	<u>12.277.815</u>	<u>2.366.510\$00</u>	<u>18.534.981\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de: Janeiro a Novembro de 1935

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz.....	838.106	—	4.640.935	—	—	—
Açúcar.....	24.899.855	—	—	36.508.353	—	—
Café.....	4.277.293	59.395	—	762	191.929	63.009
Trigo em grão.....	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	768.174	—	98.265	150.230	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	827.976	—	—	1.542.049	—	—
Sementes oleaginosas.....	6.559.541	1.059.665	20.719.394	474.293	5.116.819	—
Milho.....	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	6.795	314	940	15.999	398	2.861
» da Madeira (decalitros).....	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros).....	554.686	18.622	57.602	495.013	43.951	27.614
» » brancos (decalitros).....	132.041	4.297	10.079	377.394	5.795	1.867
» licorosos (decalitros).....	5.193	865	163	1.524	—	14.247
Conservas de vegetais..... quilo	121.782	3.498	22.520	175.534	8.782	21.892
Sardinhas em salmoura.....	2.635	—	—	—	—	—
Conservas de sardinha.....	46.736	1.125	12.916	182.575	6.177	11.629
Conservas de peixe não especificado.....	370	250	18.524	—	—	—
Cortiça em rolhas.....	587	210	—	1.650	17	—

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1935		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 Janeiro 1936		15 Fevereiro 1936	
						C.	V.	C.	V.
123\$00	83\$00	11-6-1935	1934	L. 5\$00	Agrícola das Neves.....	110\$00	111\$00	109\$50	112\$50
104\$00	80\$00	1-4-1935	1934	L. 4\$00	Agricultura Colonial (Soc.).....	94\$50	99\$00	114\$00	118\$00
530\$00	375\$00	15-10-1935	1. ^a -1935	L. 12\$00	Açúcar de Angola.....	512\$50	514\$00	503\$00	514\$00
68\$00	32\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/3	Boror.....	50\$00	65\$00	61\$00	63\$00
21\$00	11\$00	—	1927	—	Cabinda.....	14\$00	16\$00	13\$00	—
49\$50	26\$50	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em.	29\$00	30\$00	28\$50	29\$50
46\$00	24\$00	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em.	28\$00	28\$50	—	28\$50
20\$00	13\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação.....	15\$00	—	15\$00	—
200\$00	131\$00	22-4-1935	1934	L. 9\$00	Ilha do Príncipe.....	217\$00	219\$00	215\$00	215\$50
13\$00	8\$60	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25.....	11\$80	13\$00	15\$10	16\$00



ULTRAMARINA

COMPANHIA DE SEGUROS
FUNDADA EM 1901

Sede no seu prédio da

Rua da Prata, 108
LISBOA

Efectua seguros:

- Contra incêndio
- De desastres no trabalho
- De automóveis (todos os riscos)
- Marítimos
- Agrícolas
- Postais
- De cristais contra quebra

CAPITAL E RESERVAS

Esc. 5.034.108\$95

Telefone P. B. X. 23348

COMPANHIA DO COMERCIO DE MOÇAMBIQUE

Sociedade Anónima de
Responsabilidade Limitada

Capital 1.600.000\$00

Enderêço Telegráfico

Monomotapa

Telefone 2 2240

*Praça Duque da
Terceira, 24, 3.º*

LISBOA

PORTUGAL COLONIAL

REVISTA DE PROPAGANDA
E EXPANSÃO COLONIAL

Director—HENRIQUE GALVÃO

**Assuntos económicos — comerciais
agrícolas, industriais e financeiros.
Informações de todo o mundo colonial**

**AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMA-
RINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.**

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Metrópole e Ilhas Adjacentes:

Avulso	3\$00
Semestre	18\$00
Ano	36\$00

Colónias Portuguesas e Brasil:

Avulso	4\$50
Semestre	25\$00
Ano	50\$00

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00